



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**SOBRE DESLOCAMENTOS E PERMANÊNCIAS: AS**  
**REFUGIADAS CONGOLESAS EM DUQUE DE CAXIAS.**

**Seropédica, RJ**

**Setembro, 2024**

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**  
**HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DISSERTAÇÃO**

**SOBRE DESLOCAMENTOS E PERMANÊNCIAS: AS**  
**REFUGIADAS CONGOLESAS EM DUQUE DE CAXIAS.**

**NATHALIE DA CUNHA BRAGA RIBEIRO**

**2024**



**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**SOBRE DESLOCAMENTOS E PERMANÊNCIAS: AS  
REFUGIADAS CONGOLESAS EM DUQUE DE CAXIAS.**

**NATHALIE DA CUNHA BRAGA RIBEIRO**

*Sob a Orientação da Professora*

**Miriam de Oliveira Santos**

Dissertação submetida como requisito  
parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Ciências Sociais, no  
Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Sociais

Seropédica, RJ  
Setembro de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Biblioteca  
Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

RR484s      Ribeiro, Nathalie da Cunha Braga, 1986-  
              Sobre deslocamentos e permanências: as refugiadas  
              congolesas em Duque de Caxias / Nathalie da Cunha  
              Braga Ribeiro. - Duque de Caxias, 2024.  
              70 f.: il.

              Orientadora: Miriam de Oliveira Santos.  
              Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
              do Rio de Janeiro, PPGCS, 2024.

              1. Refúgio. 2. Gênero. 3. Migração Congoleza. 4.  
              Interseccionalidade. I. de Oliveira Santos, Miriam,  
              1964-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio  
              de Janeiro. PPGCS III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Nathalie da Cunha Braga Ribeiro**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 30/09/2024



Documento assinado digitalmente  
**MIRIAM DE OLIVEIRA SANTOS**  
Data: 25/11/2024 14:37:12-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Miriam de Oliveira Santos, UFRRJ



Documento assinado digitalmente  
**HELION POVOA NETO**  
Data: 26/11/2024 11:28:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Hélión Póvoa Neto, UFRJ



Documento assinado digitalmente  
**MARTA REGINA CIOCCARI**  
Data: 26/11/2024 12:43:41-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Marta Regina Cioccarì, UFRRJ

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que contribuíram para que essa pesquisa pudesse ser realizada. A conclusão do mestrado significa um ciclo importante de amadurecimento na minha trajetória.

Em primeiro lugar, agradeço à congolesa que permitiu que eu me aproximasse de alguma forma. Foram encontros significativos e decisivos para essa pesquisa. Agradeço também às funcionárias da ASPAS, por estarem sempre dispostas a conversar e à Mariza, pelo acolhimento e pelo entusiasmo com os novos pesquisadores sobre a temática do refúgio.

Agradeço a minha família, por me apoiarem nas minhas escolhas e principalmente agradeço a minha mãe, por ser a minha maior incentivadora. Sou grata também a todos os amigos e amigas, que compreenderam a minha ausência e vibraram comigo, com conclusão dessa dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, só tenho a agradecer por todo o apoio acadêmico. Agradeço a todas as professoras com quem tive a oportunidade de ter aulas e a todas que me ajudaram a aprimorar a minha pesquisa e contribuíram significativamente para o meu progresso, enquanto pesquisadora. As amigas e amigos que fiz durante o mestrado, toda a minha gratidão pela companhia e incentivo.

Aos membros da banca, agradeço a professora Marta Cioccarri pelos encontros, pelas conversas e por me apresentar ótimas etnografias. E ao professor Hélión Póvoa, todo o meu agradecimento por compartilhar seu conhecimento e ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios, por me apresentar tantas discussões interessantes sobre migração. Obrigada por contribuírem com esse estudo.

Agradeço imensamente à minha orientadora Miriam Santos pela orientação, pelos aconselhamentos e direcionamentos ao longo da construção dessa dissertação. A sua contribuição foi muito valiosa para o desenvolvimento dessa pesquisa e para a minha formação. Obrigada pelo incentivo e por me motivar a seguir pesquisando.

A todas e todos que fizeram parte dessa trajetória e acompanharam de perto a realização dessa pesquisa, meu sincero agradecimento.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## RESUMO

RIBEIRO, Nathalie da Cunha Braga. **Sobre deslocamentos e Permanências: as refugiadas congolesas em Duque De Caxias.** 2024. 70 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2024.

Este trabalho teve como objetivo analisar o refúgio feminino, pensando nas mulheres congolesas que residem em Duque de Caxias, Baixada Fluminense e compreendendo como foi a inserção e a vivência dessas mulheres congolesas dentro de um âmbito social e cultural na cidade. Como se reconstruíram em um outro país, quais caminhos percorreram, quais foram as transformações, para que, de alguma forma, sobrevivessem às tantas “fraturas” durante esse processo. A metodologia deste trabalho, foi através de uma pesquisa bibliográfica, observação participante e entrevista. Tendo em vista que a migração e o refúgio ainda é um movimento bastante masculino, os dados mostram que há um movimento expressivo de mulheres dentro dos processos migratórios. E são elas quem vivem as maiores dificuldades, por conta das opressões que carregam e os vários obstáculos que enfrentam durante esses deslocamentos. Sendo assim, esta pesquisa procurou investigar e entender como é ser uma mulher refugiada na baixada fluminense, levando em conta suas especificidades e vulnerabilidades. E constatamos que alguns grupos estão tão vulneráveis que a possibilidade de serem estudados se torna inviável, por essas pessoas não estarem disponíveis para participar de pesquisas.

**Palavras-chave:** Refúgio, Gênero, Migração Congoleza.

## **ABSTRACT**

RIBEIRO, Nathalie da Cunha Braga. **ON MOVEMENTS AND STAYS: A STUDY ON RESIDENT CONGOLESE REFUGEES IN DUQUE DE CAXIAS**. 2024. xx p. Dissertation (Master Science in Social Sciences). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2024.

This study aimed to analyze the female refugee movement, considering Congolese women who live in Duque de Caxias, Baixada Fluminense, and understanding how these Congolese women were inserted and experienced themselves within the social and cultural context of the city. How they rebuilt themselves in another country, what paths they took, what transformations they underwent, so that they somehow survived the many “fractures” during this process. The methodology of this study was through bibliographic research, participant observation, and interviews. Considering that migration and refugee movements are still largely male-dominated, the data show that there is a significant movement of women within the migratory processes. And they are the ones who experience the greatest difficulties, due to the oppressions they carry and the various obstacles they face during these displacements. Therefore, this research sought to investigate and understand what it is like to be a refugee woman in Baixada Fluminense, taking into account their specificities and vulnerabilities. And we found that some groups are so vulnerable that the possibility of them being studied becomes unfeasible, as these people are not available to participate in research.

**Key Word:** Refuge, Gender, Congolese Migration.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Gráfico Número de chegadas de refugiados ao Rio de Janeiro por nacionalidade .....	13
Figura 2 - Mapa da República Democrática do Congo.....	22
Figura 3 - Gráfico Refugiados e requerentes de asilo da RDC... ..	26
Figura 4 - Gráfico Refugiados de asilo da RDC por data... ..	27
Figura 5 - Mapa do município de Duque de Caxias .....	37
Figura 6 - Bairros de Duque de Caxias.....	38
Figura 7 - Imagem do bairro de Gramacho, vista do alto da estação de trem... ..	39
Figura 8 - Estação de Gramacho.....	40
Figura 9 - Gráfico Classificação dos refugiados atendidos pela ASPAS por gênero.....	41
Figura 10 - Gráfico Classificação por idade e gênero.....	42
Figura 11 - Caminho para a casa de Latasha .....	47
Figura 12 - Família congolesa fugindo dos conflitos... ..	49

## LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
RDC	República Democrática do Congo
ASPAS	Ação Social Paulo VI
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CACB	Comunidade Ango-Congolesa no Brasil
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
COMIGRAR	Conferência Estadual de Migrações, Refúgio e Apatridia do Estado do Rio de Janeiro
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>12</b>
<b>1 A República Democrática do Congo e a migração congolesa para o Brasil</b>	<b>19</b>
1.1 Neocolonialismo na África	19
1.2 Um breve histórico sobre a RDC	21
<b>2 Gênero e interseccionalidades na migração</b>	<b>28</b>
2.1 Sobre a interseccionalidade	29
2.2 Interseccionalidade e migrações	32
<b>3 Surpresas e descobertas da pesquisa etnográfica</b>	<b>36</b>
3.1 Os caminhos da pesquisa	43
3.2 As entrevistas: reconhecer os limites. Repensar os trajetos	51
3.3 Uma etnografia da ausência	63
<b>Considerações Finais</b>	<b>66</b>
<b>Referências</b>	<b>69</b>

## Introdução

De acordo com os dados do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR), há cerca de 117 milhões<sup>1</sup> de pessoas deslocadas pelo mundo, devido a fundados temores de perseguição, conflitos, violências e que foram forçadas a deixar sua casa, e dentre elas, 43,4 milhões são pessoas refugiadas.

No Brasil, segundo os dados do relatório do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) de 2024, atualmente existem cerca de 77 mil pessoas reconhecidas como refugiadas. São pessoas de várias nacionalidades e vindas de países como: Angola, Cuba, Colômbia, Afeganistão, entre outros. E nos últimos tempos, um número exorbitante de Venezuelanos chegam ao país, em busca de refúgio.

A partir dos dados do ACNUR, cerca de 51% da população refugiada<sup>2</sup> é composta por mulheres e meninas. Logo, é visível que o deslocamento feminino faz parte de um processo importante para os estudos sobre migrações. Discutir sobre mulheres nas migrações é um tema que vem ganhando espaço nos últimos tempos, ao mesmo passo que o crescimento desses dados sobre mulheres que se deslocam, também avançam. Esse movimento vem se consolidando nos últimos anos, proporcionando uma maior visibilidade a esse tema.

Oliveira e Tonhati (2022) apontam que há um fluxo migratório de mulheres vindo em direção ao Brasil nos últimos anos e que o país passa por uma feminização das migrações. Isso se mostrou mais crescente em 2015 e nos últimos anos, tem se consolidado. A migração feminina é uma tendência global e tem crescido ano após ano.

Como indica o último relatório do OBMigra, os homens constituem o maior número de solicitações de refúgio no Brasil, porém o número de solicitações entre as mulheres, tem crescido. Entre as mulheres solicitantes de refúgio no último ano, segundo o relatório, as venezuelanas, haitianas e cubanas são as nacionalidades que mais sobressaíram. Até os meados da década de 2010, as mulheres sírias, colombianas e congolesas, eram as solicitações de refúgio mais predominantes no Brasil, enquanto, na segunda metade da década, até os dias de hoje, essas mulheres foram perdendo espaço, com a chegada das venezuelanas, que tem sido o maior número de solicitações de

---

1 Dados retirados do site: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugiados/>  
Acessado em 20 de agosto de 2024.

2 Retirado do site: <https://www.acnur.org/portugues/2023/06/20/brasil-reconheceu-mais-de-65-mil-pessoas-como-refugiadas-ate-2022/> Acessado em 5 de outubro de 2023.

refúgio. De acordo com os dados, há uma mudança de rota das mulheres que solicitaram refúgio nessa última década. Para onde estão indo essas mulheres?

O objetivo desta dissertação foi analisar o refúgio feminino, tendo como objeto empírico, as mulheres congolesas. No ano de 2016, como apontam os dados<sup>3</sup> do ACNUR, congoleses e congolesas representavam o maior número de pessoas refugiadas no estado do Rio de Janeiro. Em 2014 e 2015 houve um aumento no fluxo de pessoas vindas da República Democrática do Congo (RDC) solicitando refúgio no Brasil, mas foi no ano de 2016 que o fluxo se tornou bastante expressivo. No primeiro trimestre, grande parte das chegadas ao estado do Rio de Janeiro, eram de congoleses e congolesas. E havia um significativo crescimento de mulheres solicitando refúgio, evidenciando o crescente movimento de mulheres em deslocamento.

Figura 1: Gráfico Número de chegadas de refugiados ao Rio de Janeiro por nacionalidade

CHEGADAS AO RJ APENAS EM 2014 458 pessoas			CHEGADAS AO RJ APENAS EM 2015 834 pessoas		
1. Rep. Dem. do Congo	165	36,0%	1. Rep. Dem. do Congo	331	39,7%
2. Síria	45	9,8%	2. Síria	136	16,3%
3. Angola	31	6,8%	3. Angola	80	9,6%
4. Senegal	26	5,7%	4. Iraque	44	5,3%
5. Colômbia	23	5,0%	5. Venezuela	41	4,9%
Outros	168	36,7%	Outros	202	24,2%

CHEGADAS AO RJ APENAS NO 1º TRIMESTRE DE 2016 210 pessoas		
1. Rep. Dem. do Congo	116	55,2%
2. Angola	42	20,0%
3. Venezuela	13	6,2%
4. Síria	11	5,2%
5. Afeganistão	6	2,9%
Outros	22	10,5%

Fonte: [www.acnur.org](http://www.acnur.org)

Disponível em:

[https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/numeros\\_do\\_refugio\\_no\\_rio\\_de\\_janeiro\\_abr\\_2016.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/numeros_do_refugio_no_rio_de_janeiro_abr_2016.pdf)? Acessado em 20 de julho de 2024

Nesse mesmo ano, vários desses solicitantes de refúgio começam a chegar ao bairro de Gramacho, região periférica de Duque de Caxias. De acordo com

3 retirado do site: <https://www.acnur.org/portugues/2016/04/22/congoleses-representam-atualmente-a-maioria-dos-refugiados-no-rio-de-janeiro/> Acessado em 5 de outubro de 2023.

FRANCALINO E PETRUS IN Petrus (2010, p.353) “desde meados dos anos 80 concentravam-se ali “refugiados” e outros imigrantes vindos de Angola para o Rio de Janeiro” e ao longo do tempo, passaram a residir também os vindos da RDC e do Congo Brazzaville. Portanto, já havia uma comunidade com africanos naquela região, há bastante tempo.

Durante a década de 1990, por conta da guerra (1975-2002) que Angola enfrentava, muitos angolanos se deslocavam para o Brasil, à procura de refúgio. Desta forma, o país passou a ser um pouso para a população africana, por conta da crise que aumentava naquela região. No Brasil, houveram dois momentos de grande chegada de Congolesees ao Rio de Janeiro: em 1993 e entre 2006 e 2007, quando RDC figurou na terceira posição de refugiados no Brasil, sendo a maior população de africanos no país, após o povo Angolano. Portanto, com a chegada desses imigrantes ao Rio de Janeiro, a possibilidade de moradia em regiões mais afastadas do centro, se fez necessária, por serem lugares onde o custo de vida era mais acessível.

Desta forma, tendo Duque de Caxias como um cenário de fundo, o principal objetivo dessa pesquisa foi analisar o refúgio feminino, mas com os olhares voltados às mulheres congoleseas que vivem (e viveram) em Duque de Caxias. Aqui, me refiro também aquelas que viveram na cidade, pois ao iniciar a pesquisa, percebi que essas mulheres que chegaram à Duque de Caxias naquela época, em 2016, hoje, já não residem no mesmo lugar. Ir atrás dessas mulheres, por outro bairros do Rio de Janeiro, foi uma estratégia que encontramos durante o caminho, contudo, conseguir se aproximar dessas mulheres, foi algo complicado.

A escolha por esse tema, veio a partir da minha experiência enquanto assistente social, que é minha profissão de formação, na PARES Cáritas<sup>4</sup>, no Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio no ano de 2015. Desde a graduação, tenho interesse pela temática de gênero. Já percorri vários caminhos e pesquisei sobre alguns temas, mas, o refúgio me afetou profundamente e me causou um

---

4 1º Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio do Brasil. Iniciado em 1976, a partir do trabalho desenvolvido pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, que oferecia assistência aos refugiados de países vizinhos, que chegavam à cidade, o arcebispo Dom Eugênio Sales, com o apoio do ACNUR, criou um serviço de ajuda à essas pessoas e designou a Cáritas do Rio para assumir esse projeto. E então, este se torna o 1º programa de atendimento a pessoas refugiadas no Brasil. A instituição que hoje está com quase 50 anos de atuação, presta apoio e assistência às pessoas em situação de refúgio e desenvolvem um trabalho que opera em 4 frentes de ação: o acolhimento, proteção legal, integração local e a criação de vínculos solidários.

certo desassossego e, portanto, me instigou a querer me aproximar mais e olhar a partir do ponto de vista da Antropologia.

Atuei na instituição durante o segundo semestre do ano de 2015 e pude acompanhar a chegada de muitas pessoas que solicitaram refúgio naquele momento e percebi um crescente número de mulheres chegando ao Rio de Janeiro. As pessoas vindas da RDC eram a maioria dos solicitantes e as mulheres congoleesas representavam de forma expressiva, grande parte dos atendimentos diários que eram feitos na instituição.

Ouvir as histórias daquelas mulheres, era bastante inquietante. Especificamente, as mulheres congoleesas refugiadas, ou as solicitantes, pois traziam histórias duríssimas sobre o que as motivaram a sair de seu país. Muitas delas chegavam aqui no Brasil grávidas, por conta de violência sexual que sofriam em RDC. E a partir de seu pouso aqui, já não bastassem as intempéries desde sua vinda, nesse momento é onde começavam as outras barreiras. O ser mulher já carrega tantas vulnerabilidades e uma mulher em situação de refúgio, carrega uma dupla vulnerabilidade. Chegar a um lugar totalmente desconhecido, com uma cultura desconhecida, língua desconhecida é um grande desafio para essas mulheres que buscam refazer suas vidas.

É nesse momento, a partir do encontro com essas pessoas em 2015, que tenho conhecimento dessa comunidade que existia em Gramacho, Duque de Caxias. E me desperta o interesse em pesquisar sobre essas mulheres refugiadas que vivem na Baixada Fluminense. Ao iniciar o ano de 2023, começo a me aproximar de pesquisadoras que estudam e investigam sobre a população refugiada em Duque de Caxias e as informações que recebo, são de que essa população está indo embora. Há um número bem reduzido de pessoas refugiadas que continuam morando em Gramacho. Com a chegada da pandemia de COVID-19, muitos saíram da cidade, se espalharam pelo Rio de Janeiro, outros foram para São Paulo, alguns retornaram à RDC ou foram viver em outros países. Muitas são as informações. Fico apreensiva, pois meu campo de pesquisa parece desaparecer.

Ao visitar a Ação Social Paulo VI (ASPAS)<sup>5</sup>, em Duque de Caxias, instituição que atende a população refugiada em Gramacho e começo a ter acesso aos arquivos de

---

5 A ASPAS é um organismo ligado à Paróquia Santo Antônio, em Duque de Caxias, e foi fundada em março de 1984, pelo bispo Dom Mauro Morelli, o primeiro bispo da cidade. A instituição tem como missão promover ações de solidariedade e caridade em prol da população de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense, atuando na garantia e promoção dos direitos humanos. A instituição desenvolve atividades sociais em diversas áreas: assistência social, educação, saúde, entre outros. A instituição

documentos de ações realizada pela instituição desde 2016, pude perceber que houve uma queda no número de famílias que viviam naquele bairro. Segundo a coordenadora da ASPAS, no início daquele ano, chegaram a atender mais de 100 famílias. E hoje, restam algumas poucas. Nos dados que tive acesso, na primeira ação realizada naquele ano, havia 54 mulheres e em junho deste ano, apenas 5 mulheres congolesas.

É sabido que não há um controle exato dos números de pessoas refugiadas, visto que estes estão sempre em mobilidade, seja por conta dos custos altos, muitos mudam-se de cidade ou saem do país. Levando em conta que os sujeitos dessa pesquisa se movem, se adaptam e se reintegram, percebi que era preciso reavaliar a rota da pesquisa e entender o desaparecimento dessas mulheres. Era necessário entender porque elas saem da cidade. E para onde vão as congolesas?

Conforme as necessidades e as dificuldades surgiam no processo, pensamos em estratégias e escolhemos uma metodologia que melhor se adequasse à pesquisa. A ideia inicial, para começar a buscar mais dados e informações sobre essas mulheres que vivem em Gramacho, era realizar entrevistas com agentes ligados à questão do refúgio na Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, pois alguns setores desenvolveram trabalhos direcionados ao atendimento às pessoas refugiadas. Neste sentido, a aproximação com a Secretaria Municipal de Educação, foi a mais profícua. A ASPAS e Cáritas também foram instituições em que, num primeiro momento, planejei acessar dados sobre essas refugiadas. Dessa forma, pude ter contato com dados mais específicos e que puderam me indicar quantas mulheres ainda resistiam por Caxias, quantas foram as que se deslocaram para outros bairros, sendo assim, a abordagem quantitativa, pôde revelar informações valiosas para a essa pesquisa.

A importância de analisar dados já existentes é a possibilidade de traçar melhores estratégias, pensar indicadores e outras informações que esses dados quantitativos podem contribuir para a pesquisa. Portanto, pensar em métodos que utilizam tanto o quantitativo quanto o qualitativo e atuando de forma conjunta, podem mostrar informações importantes para serem analisadas.

A abordagem qualitativa também foi utilizada, pois entendo que os métodos qualitativos avaliam melhor as complexidades, as diversidades do campo a ser pesquisado e é a partir dessa diversidade que pude experimentar as diversas

---

conta com uma equipe de 3 profissionais (agente administrativo, assistente social e pedagoga) e 6 membros voluntários que compõem a Diretoria. A ASPAS realiza um trabalho social com as pessoas refugiadas em Gramacho desde o ano de 2016.



possibilidades que esta abordagem tem a oferecer. Desta forma, penso que a pesquisa qualitativa, é uma importante alternativa para entender mais profundamente este campo de investigação.

No que diz respeito às técnicas da pesquisa, inicialmente planejei uma observação participante do trânsito cotidiano das refugiadas, do espaço que elas ocupam dentro da cidade, parafraseando FAVRET-SAADA(2005), seria um “observar participando, ou participar observando”. (FAVRET-SAADA, 2005, p.1) o cotidiano das congolesas na cidade. Contudo, o desenrolar da pesquisa trouxe a percepção das dificuldades enfrentadas por essas refugiadas e a inviabilidade de colocar esse plano em prática. A observação participante poderia me permitir estar mais próxima e observar de forma mais particular como vivem esse grupo que pesquisei. FOOTE-WHYTE (1980) diz sobre “buscar conhecimentos exaustivos” e é dessa forma que a observação participante é concebida. Ela possibilita conhecer um pouco mais sobre a cultura, os costumes e os movimentos das pessoas no nosso campo de pesquisa.

Portanto, a observação participante torna-se uma técnica importante numa pesquisa de campo, pois proporciona uma descoberta maior sobre algumas informações. Pretendia também, realizar entrevistas semi-estruturadas com essas mulheres. Sejam as que ainda resistem em Gramacho, as que foram para outro bairro, ou mesmo, as congolesas que passaram por Duque de Caxias e hoje vivem fora do Brasil. Para essas que vivem em outros países, pensava em realizar entrevistas de modo virtual, tendo em vista a realidade de algumas das interlocutoras da minha pesquisa. No entanto, com a realidade encontrada ao longo da pesquisa, alguns métodos foram readaptados.

No método etnográfico, os relatos de vida são apreendidos como a maneira singular do sujeito cognoscente de interpretar experiências de vida numa ordenação temporal que lhe faça sentido, exteriorizando valores encarnados no cotidiano em sua forma singular de interagir nos diversos processos de socialização, de se relacionar nas redes múltiplas, evidenciando a complexidade das tramas cotidianas de inserção nos contextos sociais, da negociação dos papéis e performances demandados, da estruturação do eu (*self*) e do desempenho no ato comunicativo/vivido. (ECKERT, 1996, p.120)

Com as palavras de ECKERT(1996), posso afirmar que o método etnográfico pôde me proporcionar uma melhor análise durante a pesquisa. A partir dos encontros e entrevistas que pude realizar, percebi que havia de reformular algumas questões e olhar o campo sob uma outra perspectiva. E essa possibilidade a etnografia nos permite por ter essa característica singular de observação dos cenários.

GEERTZ(1973) afirma que “praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias” entre outros, ou ainda, “o que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa, um risco elaborado para uma „descrição densa“”. Ou seja, com esse estudo, pretendo explorar de forma profunda e densa sobre os processos do refúgio, seus fluxos e as mulheres que experimentam esses processos.

Nessa dissertação a estrutura está organizada em três capítulos: o primeiro será sobre a República Democrática do Congo, apresentando um pouco sobre o panorama histórico, os motivos que justificam a migração de congoleses e alguns dados estatísticos sobre a imigração congolesa para o Brasil, analisando dados do ACNUR e CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados) e seus relatórios sobre o tema. No segundo, apresento a questão de gênero e interseccionalidade na migração e aquelas que são nossos sujeitos de pesquisa: as mulheres congolesas. O terceiro capítulo será etnográfico e onde apresento a pesquisa realizada seguido da conclusão.

## **Capítulo 1 - A República Democrática do Congo e a migração congoleza para o Brasil**

A República Democrática do Congo tem sua história marcada por racismo e violência. A sua formação está intimamente ligada às explorações europeias e de forma mais sistemática, no período neocolonial, em meados do século XIX, passa por um período de exploração intenso. Esse movimento originou diversos conflitos políticos e étnicos que se estendem até os dias atuais.

O Neocolonialismo, surgido em meados do século XIX, tinha em sua essência, a ideia de que havia uma diferença cultural entre os povos. Sendo assim, a colonização de outros territórios, portanto, era uma justificativa de levar a civilidade para essas sociedades, sendo uma espécie de “dever europeu”. É após a Conferência de Berlim, que ocorreu num curto período entre 1884 e 1885, que essa estratégia foi, de fato, concretizada. Houve uma repartição dos territórios Africanos, entre as potências europeias, de forma que o continente foi inteiramente fatiado e cada um dos países puderam ocupar esse território, dando início ao período Neocolonial. Num período bastante violento para a história do continente africano, altamente excludente e opressor.

Posto isso, e fazendo um salto cronológico para os dias atuais, trazemos ao debate a República Democrática do Congo. Estado-nação africano que teve suas terras colonizadas pela Bélgica e conseguiu a sua “independência” pelos idos de 1960. Tem um passado neocolonial marcado pelo racismo, violência, exploração e há anos passa por uma crise migratória, tendo causado o deslocamento de grande parte da população congoleza, seja internamente ou externamente para outros países, inclusive, o Brasil.

### **1.1 Neocolonialismo na África**

Como já foi dito, de forma introdutória, o Neocolonialismo, tratou-se de um período imperialista, na qual os países europeus promoveram uma ocupação aos continentes Africano e Asiático, fazendo assim, desses territórios, suas colônias. Essa nova forma colonialista, foi um instrumento principal do capitalismo e usado como uma estratégia dominadora que os colonizadores antigos, usaram para poder controlar os estados colonizados.

De acordo com Nkrumah, o resultado do Neocolonialismo é que :

O capital estrangeiro é utilizado para a exploração, em lugar de ser para o desenvolvimento das partes menos desenvolvidas do mundo. O investimento, sob o neocolonialismo, aumenta, em lugar de diminuir, a brecha entre as nações ricas e pobres do mundo (NKRUMAH, 1967, n.p)

Embora o Neocolonialismo tenha tido esse viés econômico, ele não se limita apenas a essa esfera. Eram usadas estratégias antigas de colonização através da infiltração religiosa, através da educação e de cultura. Dessa forma, as metrópoles européias ocuparam os territórios e se instalaram com a promessa nacionalista de que levariam “cultura e civilidade” aos povos que lá viviam. Nesse sentido, impor uma economia, uma política e cultura europeia à essas populações nativas, que viviam nesses territórios colonizados, era de certa forma, levar uma “civilidade” e colocar esses povos autóctones numa espécie de “eixo civilizador”, como se fosse um benefício para o povo colonizado a ocupação desses territórios.

À época, houve quem concordasse com essas ações e desenvolvessem discursos científicos que promoviam amenizar a iniciativa colonizadora. Nesse período, algumas potências europeias, (como exemplo a França e sua colonização à Argélia), já haviam iniciado um período de colonização nos territórios africanos. Com a concorrência das potências e aliadas ao sentimento nacionalista desses Estados-nações, entre 1884 e 1885, houve uma Conferência<sup>6</sup>, ocorrida em Berlim, onde foi repartido de forma desigual e seguindo interesses e acordos entre as potências européias, a partilha do continente africano.

Portanto, o continente africano foi dividido, em partes pensadas e planejadas pelas potências europeias. E assim, o Neocolonialismo na África, nessa investida colonial bem mais violenta do que a ocorrida em séculos passados, ocupam o território africano, resultando numa intensa exploração causando conflitos eternos em diversas localidades da região, visto que a divisão dos territórios africanos foram feitos a partir de interesses de cada potência, e não levando em consideração à comunidade que lá

---

<sup>6</sup> Conferência de Berlim, ocorrida entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885.  
MUNANGA,(2008)

existia, as etnias e aos povos autóctones de cada região, causando uma barbárie que até os dias de hoje, podemos ver os reflexos dessa colonização tão brutal.

## **1.2 Um breve histórico sobre a República Democrática do Congo**

Nesse subtítulo, faremos apenas um breve histórico sobre a história de formação da República Democrática do Congo, tendo em vista que trata-se de um dos países mais complexos no que diz respeito ao seu histórico de colonização e sua independência e todo o seu contexto político, cultural e social.

O que hoje é conhecido como o território da RDC, durante o período pré-colonial, foi uma região povoada por diversos grupos e províncias, que deram origem a um dos reinos mais poderosos do continente africano. O Reino do Congo, como era conhecido, foi um dos mais grandiosos reinos da região da América Central e se desenvolveu entre os séculos XIV e XIX. Sua localização era ao sul do Rio Congo e seu território abrangia as regiões onde atualmente encontram-se a Angola, Congo-Brazzaville, Gabão e a República Democrática do Congo. Este reino foi formado por diversos grupos e etnias que habitavam aquela região e Nimia Luqueni, foi considerado o primeiro rei e fundador deste reino. O Reino do Congo teve seu declínio no século XIX, quando o seu território virou alvo da colonização europeia e foi colonizado pelos belgas.

Figura 2 - Mapa da República Democrática do Congo



Fonte: Guia Geográfico - África Turismo

Disponível em: <http://www.africa-turismo.com/mapas/congo-dem.htm>

A República Democrática do Congo, é considerado o terceiro maior país africano e com um território diversificado, possui uma enorme floresta tropical, é rica em minérios e água. O território que hoje é reconhecido como RDC, foi “descoberto” pelos portugueses em 1482, na época dos grandes descobrimentos. Uma curiosidade contada por Munanga e que posteriormente, podemos entender a origem de um dos nomes de RDC, a seguir:

(...) o navegador português Diego Cão descobriu a bacia do rio Nzadi, que se tornou mais tarde rio Congo, chamado também rio Zaire durante o regime do ditador Mobutu. Os portugueses ao chegar ao local quiseram saber como se chamava o rio e foi-lhes respondido Nzadi em língua quicongo, palavra que eles grafaram erroneamente Zaire, em português. (MUNANGA, 2008, p. 78,79)

A língua oficial do país é o francês, porém, há outras línguas nacionais, como: o Lingala, Kicongo, entre outras tantas. Mesmo falando francês, a língua mais comum entre os refugiados congoleses e a mais usada no dia a dia entre eles, é o Lingala.

Lingala era a língua tradicionalmente usada nas atividades comerciais (como ainda é até os dias atuais). Por ser “a língua do comércio” – como dizem os congoleses – trata-se de uma língua falada praticamente em todas as partes da RDC e em diversos países africanos. No caso específico do Congo – RDC, a disseminação do lingala – língua materna do povo Bangala-Lingala, que se situa na província de Equateur – é explicada também pelo fato de durante muitos anos a mesma ter sido a língua obrigatória do exército do Congo – Zaire por determinação do presidente Mobutu, nascido naquela província.” (PETRUS, 2010, p. 229).

Durante a Conferência de Berlim, onde houve a partilha oficial da África, entre as potências Europeias, esse território passou a se chamar Estado Independente do Congo e tem como o seu único proprietário o Rei Leopoldo II<sup>7</sup>. Esse período foi marcado por bastante violência, proveniente da exploração e colheita da borracha. De 1885 a 1908, esse território viveu um regime Leopoldiano, quando então, o Estado Independente do Congo, passa a se tornar Congo Belga, quando a Bélgica passa a ter a propriedade desse território que foi recebido pelo então Rei Leopoldo II.

Segundo Munanga:

De modo geral, a colonização belga é considerada, de acordo com a documentação disponível, a mais cruel e a mais brutal de todas na África negra. Na prática, mesmo a discriminação racial anglo-saxônica considerada como a mais feroz, nunca produziu tantas leis discriminatórias, nem adotou medidas de segregação tão rígidas como a tutela belga. (MUNANGA, 2008, p.86)

Nesse período, era negado o ensino aos congoleses de forma que o ensino básico era apenas voltado para a formação de uma profissão e o ensino universitário era inexistente, “pois construir universidades e dar direitos políticos aos negros, na cabeça pensante do político colonial belga, seria favorecer a formação dos decontentes e agitadores”. MUNANGA(2008, p. 86).

É a partir de 1955 que começam as movimentações, através de grupos organizados a pensar a independência do Congo, do reino da Bélgica. Começaram a surgir movimentos políticos e associações africanas que pensavam sobre a independência dos países do neocolonialismo europeu. Em 1960, houve eleições nacionais e em maio, Joseph Kasa-Vubu, foi eleito o primeiro presidente da República e Patrice Lumumba, o primeiro-ministro.

---

7 Rei Belga. Nessa ocasião, esse território era de propriedade pessoal, não uma colônia Belga. MUNANGA (2008, p. 78)

Portanto, é em 1960 que a RDC torna-se independente da Bélgica, mas para muitos, não passou de um truque do próprio país colonizador, visto que o comando político seguia com os belgas, pois os novos políticos congolese não sabiam como governar e não tinham profissionais para ocuparem, os cargos. Ou seja, uma independência puramente fictícia. No pós-independência, o país viveu puro caos, sofreu motins, quase viveu uma guerra civil, houve o assassinato de Patrice Lumumba e por fim, o país sofreu um golpe militar. Nesse momento, de 1960 a 1965, o país teve o nome de República do Congo e etnicidade, era essencialmente o nacionalismo congolês.

Em 1965, a República do Congo passa a ter o seu segundo presidente, dessa vez o autoproclamado Mobutu, que elimina todos os vestígios de democracia existentes no país. Muda o país de nome, mais uma vez tornando-se o Zaire e por mais de trinta anos, o país sofreu uma ditadura que seguiu até os anos de 1997. Em 1996 e 1997, aconteceu a chamada Primeira Guerra do Congo que só chegou ao fim, quando o Mobutismo foi derrotado e Laurent-Désiré Kabila assumiu o poder. Neste período, o país sofreu uma segunda ditadura. Kabila novamente renomeia o país para República Democrática do Congo e nesse momento, há diversas rebeliões e muitas violências cometidas pelas tropas do governo, pelos rebeldes e as tropas de seus aliados, causando um imenso deslocamento de pessoas em fuga das zonas de conflito. Em 1998, explode uma guerra na RDC, durante o governo de Kabila e que se estende até 2003. Durante esse período, em 2001, o presidente Laurent-Desiré Kabila é assassinado e quem assume a presidência é seu filho, Joseph-Kabila, um jovem de 29 anos.

Entre 1996 e 2003 aconteceram a Primeira e a Segunda Guerra do Congo. Nelas ficou evidente a importância que a organização dos interesses diversos em milícias desempenharia para o futuro do país. Durante esse período Joseph-Desiré Kabila, líder da principal milícia opositora Mobutu se tornou presidente e tentou livrar o país dos interesses dos vizinhos que haviam apoiado sua chegada ao poder. (VALENZOLA, 2015 p.2)

Neste contexto, países como Ruanda, Uganda e Burundi apoiaram milícias que estavam envolvidas no conflito, enquanto outros países africanos (Zimbabwe, Angola, Namíbia e Chade) apoiavam Kabila. Essa segunda guerra na RDC, ficou conhecida como “Guerra Mundial Africana”, por conta do envolvimento de 7 países. Em 2003, a guerra chega ao fim após anos de combates e o crescimento das milícias dentro da RDC. Houve um acordo para que o filho do então presidente que havia sido assassinado (Joseph-Désiré Kabila), se tornasse presidente provisoriamente até 2006. Porém,



durante esse período, Laurent Kabila presidiu a RDC sob a condição de ser assessorado por quatro vice-presidentes, que eram pessoas representantes de organizações e da sociedade civil. Posteriormente, Kabila foi eleito através de eleições gerais nos anos de 2006 e 2011, permanecendo por muito tempo no poder.

Após os anos que sucederam a Grande Guerra na RDC, a instabilidade no país resultou em vários setores prejudicados, inclusive os processos eleitorais. Em 2018, houve uma nova eleição para a presidência, carregada de tensões, ameaças e suspeita de fraudes e Félix Tshisekedi foi eleito presidente. Apesar das tensões envolvidas durante esse processo eleitoral, esta foi a primeira transição de poder civilizada após um longo período de ditaduras no país. O então presidente eleito, tomou posse em janeiro de 2019 e permanece na presidência, até os dias atuais.

Portanto, um país que teve sua formação marcada pela violência, traz, em toda a sua trajetória esse histórico repleto de guerras e conflitos, com muitos desdobramentos trazidos desde o período neocolonial, não poderia ter um percurso menos complexo e em constante processo de mudanças.

A República Democrática do Congo, ainda hoje, enfrenta diversos problemas e muitos desafios. As disputas étnicas, crises econômicas, brigas entre facções políticas rivais, extração de minérios, fazem parte desse emaranhado difícil de encontrar uma solução. Um país colonizado até os anos de 1960 é marcado pelo nacionalismo excludente europeu, tem sua formação política marcada pela violência a qual foi submetida ao longo dos anos.

A exploração de recursos naturais na RDC, uma prática desde o período colonial, teve sua intensificação no pós-colonialismo. O país possui a maior reserva mundial de coltan, um mineral valioso, muito utilizado na indústria tecnológica e a partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, este minério passa a ter uma importância significativa, por ser crucial na fabricação de componentes eletrônicos, como os celulares, notebooks e etc. Portanto, a exploração do coltan e o comércio de pedras preciosas, tiveram um papel fundamental para o financiamento das milícias e do exército na RDC, perpetuando os conflitos, principalmente na região leste. Essa riqueza atraiu invasores com o intuito de promover comércios ilegais na região, intensificando os conflitos. Macedo(2016) diz que:

Vale ressaltar que o comércio de minerais por atores não estatais é facilitado pela extração artesanal exigir baixo investimento de capital e mão-de-obra pouco especializada, além de ser facilmente movimentado. Durante a

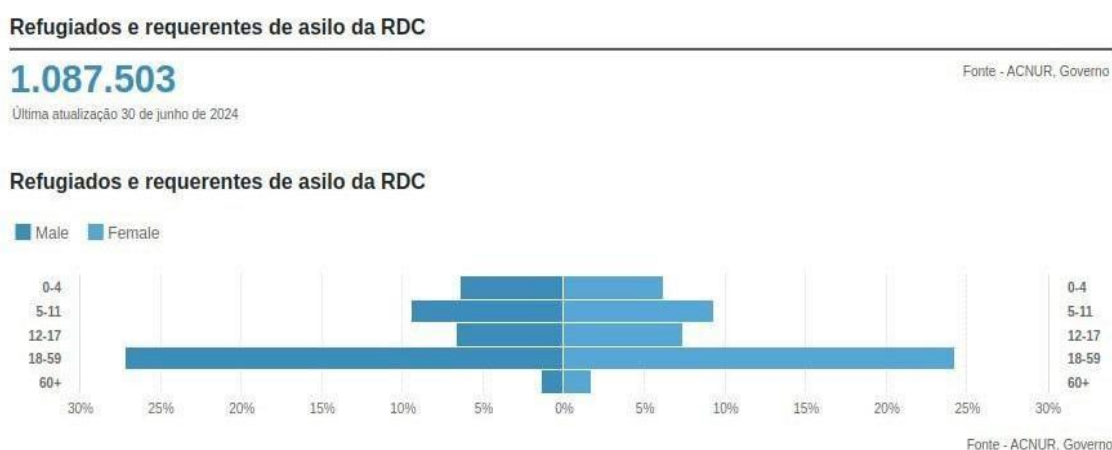
ocorrência de conflitos, a extração dos minérios é, ainda, facilitada por companhias privadas, pois seus lucros dependem da extração de recursos cujas reservas estariam localizadas em zonas de conflito. A mineração do coltan se liga aos conflitos congolese de quatro formas: roubo, controle de produção das minas, taxaço/extorsão e comércio. Os grupos armados que se envolvem na produção e no comércio do minério, geralmente, participam de mais de uma destas estratégias (MACEDO, 2016, p. 8).

Alguns grupos conseguem se privilegiar com a extração de coltan na região, apesar de ser um país rico em minérios, a extração feita por grandes empresas e os grupos que exploram ilegalmente, não geram lucro para a população congolese. A população vive na miséria e muitas pessoas que trabalham nas mineradoras, enfrentam situações de trabalho precárias e condições análogas ao trabalho escravo. Vale lembrar que a extração de minérios tem sido uma das grandes fontes de renda no país.

A situação na RDC é bastante confusa e tem seus impactos nos setores econômicos e políticos no país. Esta complexidade é o resultado de uma combinação de fatores que se iniciaram no período neocolonial e perdurou no pós-colonialismo, perpetuando um ciclo de violência, com conflitos, guerras, presença de milícias e uma instabilidade política, que resulta num enorme movimento de deslocamento forçado de pessoas.

Como podemos ver nos dados abaixo, milhares de pessoas estão se deslocando, para fugirem dos confrontos na RDC:

Figura 3 - Gráfico Refugiados e requerentes de asilo da RDC

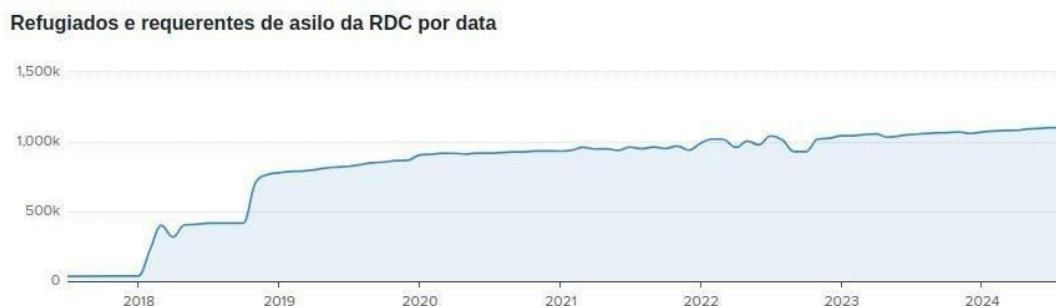


Fonte: UNCHR

Disponível em: <https://data.unhcr.org/en/situations/drc>

O fluxo de refugiados vem crescendo nos últimos anos e os congoleses estão cruzando as fronteiras dos países vizinhos e buscando refúgio em Uganda, Burundi, Tanzânia e outros.

Figura 4 - Gráfico Refugiados de asilo da RDC por data



Fonte: UNCHR

Disponível em: <https://data.unhcr.org/en/situations/drc>

A ocupação neocolonialista no território africano, promovida pelo nacionalismo europeu, gerou marcas muito profundas nesses países. O neocolonialismo foi um movimento violento em sua essência e se manifestou de formas variadas. Com um viés altamente racista, a colonização da África se deu de forma opressora, deixando uma fenda aberta até os dias atuais. Ao analisar a trajetória do país, tendo em vista todo o seu passado colonizado pela Bélgica, temos algumas pistas do porquê dos maiores fluxos de refugiados do mundo estarem ocorrendo no país, em sua história mais recente. Com toda a complexidade desde sua formação, o estado-nação congolês se desenvolve através da perpetuação da violência, e é a partir desse contexto, que a crise migratória se estende até os dias de hoje.

Neste sentido, este capítulo buscou-se apresentar um pouco da história complexa da República Democrática do Congo e podemos compreender como esse passado marcado pela colonização e conflitos, influenciam nos deslocamentos e na dinâmica migratória deste país, principalmente, quando pensamos a migração sobre o viés de gênero e interseccionalidade. O impacto da formação histórica da RDC é um dos motivos que justifica a migração das mulheres congolesas e as tornam mais vulneráveis diante dos desafios de buscar refúgio em um outro lugar. E ao associar os marcadores sociais de classe e raça, vemos como a experiência das mulheres migrantes tende a ganhar contornos mais específicos. E é sobre a migração sob a ótica da interseccionalidade, que iremos dissertar no próximo capítulo.

## Capítulo 2 - Gênero e interseccionalidades na migração

Quando falamos em deslocamentos de pessoas e migrações internacionais, há que se diferenciar sobre os distintos grupos que compõem as migrações. A pessoa refugiada é aquela que resolveu deixar seu país de origem, devido a algum conflito, perseguição, violência ou violações dos direitos humanos e, portanto, necessita de segurança em alguma outra região.

Normalmente, a situação é tão extrema que a pessoa que sai de seu lugar em busca de refúgio, cruza fronteiras internacionais e decide viver com alguma segurança em outros países. Com a chegada nesse outro lugar, ela solicita refúgio e uma vez aceito o pedido, ela se torna uma refugiada reconhecida, com acesso a assistência do Estados onde reside, do ACNUR e de outras organizações especializadas para atendimentos a essas pessoas.

As pessoas imigrantes, são aquelas que escolhem se deslocar. Por diversos motivos. Elas não decidem mudar de país por motivo de perseguições, morte ou violência, mas, se deslocam em busca de trabalho, educação, alguma situação de família ou outros motivos diversos.

No Brasil, o instrumento que regulamenta o acolhimento das pessoas refugiadas se deu em 1997, com a promulgação da lei 9.747 que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 (também conhecida como Convenção de Genebra) do qual o Brasil faz parte, além de integrar o Comitê Executivo do ACNUR desde 1958. Mas foi a lei de 9.747, que o Brasil deu um salto com relação ao acolhimento de pessoas refugiadas, possibilitando a pessoa refugiada direitos que qualquer outra pessoa estrangeira no país, também tem acesso, além de uma documentação que permite trabalhar e acessar políticas públicas brasileiras<sup>8</sup>.

Como já dito anteriormente, há cerca de 117 milhões de pessoas deslocadas pelo mundo, devido a fundados temores de perseguição. E atualmente no Brasil, existem cerca de 65.840 mil pessoas refugiadas reconhecidas legalmente. Enquanto há 348.067 imigrantes, que solicitaram refúgio no Brasil, entre os anos de 2011 e 2022.<sup>9</sup>

---

8 Primeiramente, um documento provisório, enquanto solicitante de refúgio. Até que seu pedido seja reconhecido e tenha direito a um documento oficial.

9 Esses números foram divulgados pela PARES Cáritas, a partir de dados do CONARE em 2022. Retirado do site da PARES Caritas: <http://www.caritas-rj.org.br/numeros-refugio-no-brasil.html>. Acessado em 15 de fevereiro de 2023

De acordo com os dados do ACNUR, cerca de 51% da população refugiada é composta por mulheres. Logo, podemos perceber que as mulheres se deslocam e os dados apontam que o deslocamento feminino, faz parte de um processo importante para os estudos migratórios. Buscando discutir sobre mulheres migrantes em situação de refúgio, no âmbito teórico dos estudos de gênero e da interseccionalidade, tendo em vista a amplitude do tema, e partindo do princípio de que a interseccionalidade abarca um leque de problematizações atuais, na qual o tema da migração feminina está inserida é o que buscaremos analisar nas próximas páginas. Portanto, pretendemos entender as trajetórias migratórias, não só a partir das diferenças entre mulheres e homens, mas compreender como se dá suas intersecções.

## **2.1 Sobre a interseccionalidade**

O termo “interseccionalidade” surge nos Estados Unidos, enquanto uma ferramenta analítica, a partir de estudos que já vinham sendo realizados por feministas negras, mas foi cunhado como um conceito teórico, pela advogada afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989. A teórica buscava em seus estudos aliar a temática de gênero à raça e tinha sérias críticas às feministas brancas, que viam o feminismo e o classificavam de forma homogênea.

Diferentemente das teóricas feministas brancas da chamada 2ª onda<sup>10</sup>, onde entendiam que as diferenças de gênero eram consideradas como o grande pilar para as discussões a respeito das discriminações sofridas por mulheres, Crenshaw não via gênero como o único elemento causador das opressões.

De acordo com sua perspectiva, havia vários fatores que agiam conjuntamente, ou seja, para a autora, a interseccionalidade é um cruzamento de opressões, uma espécie de encruzilhada<sup>11</sup> de diferentes marcadores sociais. “A interseccionalidade é uma

---

<sup>10</sup> Ao longo da história, as mulheres se organizam para reivindicarem seus direitos. E a cada um desses momentos históricos, onde os movimentos organizados alcançam avanços e conquistas importantes, estes são chamados de “ondas”. Uma “onda feminista” é considerada um momento relevante para o movimento de mulheres, onde suas pautas dominam o debate, de acordo com cada momento da história, tendo em vista as demandas específicas de cada época. Podemos considerar que há três ondas feministas: a 1ª onda foi o movimento a favor do voto feminino; a 2ª onda, foi um período onde a luta por igualdade de gênero era um tema bastante discutido e reivindicado; e a 3ª onda, já nos anos 1990, teve como características o debate interseccional, trazendo discussões sobre classe, gênero, raça, a questão dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Parte da academia considera que há uma 4ª onda do feminismo, por parte do uso das redes sociais, das reivindicações das organizações e prol dos ideais feministas.

<sup>11</sup> Termo usado por Carla Akotirene em: Interseccionalidade – feminismos plurais, 2018

conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação.” CRENSHAW (2002, p.177)

Na prática, essa temática já vinha sendo estudada pelas feministas negras, que vinham do movimento negro, como Ângela Davis, Patrícia Hills e Audre Lorde. Essa proposta de análise que articula gênero, classe, raça, entre outros, já era pautado nos anos de 1980. Elas identificavam a importância dessa articulação, visto que, essas categorias, uma vez entrelaçadas, operam em conjunto. Mas, foi a partir da abordagem de Crenshaw, na década de 1990, que esse termo passou a ser utilizado e ganhou uma certa popularidade. Neste sentido, a autora vai dizer que:

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são “diferenças que fazem diferença” na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. (CRENSHAW, 2002, p.173)

Portanto, a interseccionalidade ganha essa noção de cruzamento de opressões, a partir dessa perspectiva sobre não existir uma sobreposição das opressões, e sim, o que há é uma coexistência entre elas. Neste sentido, na abordagem interseccional, um marcador social não sobrepõe o outro, como também não é analisado separadamente. Para esta autora, “as interseccionalidades são formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação”. PISCITELLI (2008, p.267)

Neste sentido, a autora afirmava que as opressões fluíam em espécies de avenidas e em algum momento, essas opressões podiam se encontrar nessas chamadas “avenidas estruturantes” dos terrenos sociais, econômicos e políticos. De acordo com CRENSHAW(2002), as mulheres racializadas e outros grupos que são historicamente atravessados por diversas formas de opressão, durante essa confluência, onde a dinâmica de interação de violações ocorrem e quando esses eixos diversos se encontram, nesse imbricamento que o desempoderamento opera, atuando diante de várias vulnerabilidades já existentes. Segundo AKOTIRENE (2018)

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (AKOTIRENE, 2018, p.19)

Algumas críticas foram feitas a essa perspectiva da interseccionalidade. De acordo PRINS(2006) citada por PISCITELLI (2008), a autora considerava essa linha de abordagem de Crenshaw como uma abordagem sistêmica. De acordo com a autora, PRINS(2006) dizia que os sistemas de dominação e opressão que determinavam as estruturas de identidade. E, portanto, as identidades se tornaram apenas um reflexo da estrutura, não havendo espaço para agência dos indivíduos.

Partindo de uma outra perspectiva de análise da interseccionalidade, há uma segunda linha de abordagem, chamada de construcionista. Essa perspectiva ganha mais força na Europa e nessa abordagem, compreende-se as categorias de raça, classe e gênero, não só como categorias que poderiam limitar, mas que promoviam ação, de certa forma. Diferente da perspectiva sistêmica, vista anteriormente, a linha construcionista se distanciava da ideia de subordinação e privilegia conceitos de identidade, subjetividade e agência.

AVTAR BRAH (2006), uma das autoras que trabalha sob essa perspectiva, ao invés de abordar a categoria gênero, ela propõe em suas análises, abordar a diferença como uma categoria analítica e, desta forma, rejeitava o conceito de patriarcado. Para BRAH (2006, p.351): “Relações patriarcais são uma forma específica de relação de gênero em que as mulheres estão numa posição subordinada”.

Nos estudos de BRAH (2006), a diferença, categoria de análise que a autora defendia, nem sempre era classificada como uma categoria de hierarquia ou de opressão. Uma questão colocada por PISCITELLI (2008), em seu texto “Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras” era: se a diferença remete à desigualdade, opressão e exploração. Ou, ao contrário, se a diferença remete ao igualitarismo, diversidade, ou às formas democráticas de agência política. PISCITELLI (2008, p.269). Para BRAH(2006): “Diferença nesse sentido é uma diferença de condições sociais. Aqui o foco analítico está colocado na construção social de diferentes categorias de mulheres dentro dos processos estruturais e ideológicos mais amplos.” (BRAH, 2006, p.341)

Portanto, nas duas abordagens (sistêmica e construcionista) há uma tendência em trabalhar a interseccionalidade partindo do tripé raça, classe e gênero, porém outras diferenças devem ser consideradas a partir da lente da interseccionalidade. E pensando nas migrações e nas mulheres em situação de refúgio é necessário levar em

consideração essas diversas categorias e reconhecer que as experiências dessas pessoas migrantes são influenciadas por uma variedade de fatores.

## **2.2 Interseccionalidade e migrações**

O debate acerca da interseccionalidade, ganha uma centralidade teórica quando pensamos interseccionalidade e migrações. Analisar os processos da migração e as experiências de mulheres migrantes a partir da ótica da interseccionalidade, pode ser um caminho com muitas contribuições para analisar as trajetórias migratórias dessas mulheres.

A migração das mulheres, para além das questões sociais e geográficas, é um fenômeno que é atravessado pelos marcadores sociais de gênero, raça e nacionalidade, sendo essas as intersecções que excluem tanto socialmente, quanto economicamente, migrantes negras ou indígenas no Brasil. Para PISCITELLI (2008, P.272): “Nos contextos migratórios (...) pensar nas articulações entre gênero, sexualidade, raça e etnicidade/nacionalidade contribui para compreender as experiências das migrantes brasileiras.” Neste sentido, levando em conta que a autora analisou sobre a experiência de mulheres brasileiras migrantes, se pensarmos no movimento das mulheres que migram para o Brasil, essas categorias de análises também são importantes para a compreensão do movimento.

Portanto, as mulheres dentro do contexto migratório, possuem um lugar relevante nesses estudos. As experiências de pessoas migrantes que se deslocam por questões políticas, sociais, econômicas ou culturais, apresentam fatores com relação à gênero durante a trajetória migratória, que merecem ter a devida importância dentro dos estudos sobre migração.

Tendo em vista o crescente número de mulheres migrantes, nas palavras de PISCITELLI (2008, p.270) “o deslocamento das mulheres aparece como significativo” e diante de suas especificidades, a migração feminina constitui um processo complexo dentro do fenômeno migratório e também, bastante desafiador, uma vez que as causas e motivações para esse deslocamento, os impactos e as experiências vividas por essas mulheres, são diferentes das vividas pelos homens.

No processo de migração podem existir fatores de vulnerabilidades específicos e pensar a migração feminina, para além das diferenças entre gêneros, cabe refletir



sobre alguns elementos que podem provocar desigualdades e discriminação entre essas pessoas deslocadas. CRENSHAW (2002) corrobora com essa ideia, ao dizer que:

Em alguns casos, a discriminação de gênero ocorre dentro de um contexto em que algumas mulheres já são vulneráveis devido à raça e/ou à classe. Em outros casos, uma política, prática ou ato individual com base na raça, na etnia ou em algum outro fator ocorre no contexto de uma estrutura marcada pelo gênero que afeta as mulheres (ou às vezes os homens) de forma única. A vulnerabilidade das mulheres refugiadas à violência sexual constitui um exemplo de problema interseccional que deveria ser apenas parcialmente analisado como discriminação étnica. (CRENSHAW, 2002, P.180)

Desta forma, de acordo com Crenshaw, raça/etnia, gênero, classe, nacionalidade e outros eixos de opressões, não devem ser analisados de forma isolada, mas sim, de forma interseccionada. Em seus estudos, foi constatado como a intersecção de raça e gênero, permanecem sendo lugares de opressões sofridos por indivíduos racializados.

A questão racial esteve presente ao longo da história migratória no Brasil. Com a proibição do tráfico de pessoas em 1850 e com a abolição da escravidão em 1888, os fluxos migratórios se intensificaram. Nesse período, houve um grande incentivo para que europeus ocupassem terras produtivas no Brasil, a fim de promover a construção de uma nação e havia um ideal de branqueamento da população brasileira. Patrocinado pelo Estado, esse incentivo privilegiava pessoas vindas de alguns países da Europa, com o intuito de que esses migrantes trabalhassem nas regiões agrícolas do país. A população negra, descendentes de pessoas escravizadas, asiáticos, idosos, pessoas com deficiência e outros, eram desvalorizados e considerados indesejáveis, enquanto os migrantes europeus, faziam parte da lista dos desejáveis e a quem seriam concedidos a entrada no país. Posteriormente, no pós-guerra, houve uma política de controle e um regime de cotas para imigrantes, enquanto o processo de branqueamento seguia em curso. SEYFERTH(2002) nos lembra que:

(...) raça é um indicador preponderante quando se discute o pós-guerra, muito mais visível e apregoado do que em períodos anteriores, apesar do uso do termo etnia (reforçado duplamente como indicador somático e cultural). Não são raras, nesse contexto, correlações entre etnia, raça e saúde, dentro do jargão eugenista, exigindo uma “política biológica” seletiva (com exames fenotípicos), a imigração associada à “melhoria da etnia nacional”. A preocupação com a eugenia, além da raça, refletia o temor de receber a “escumalha de guerra” – referência básica aos refugiados. SEYFERTH (2002, p.146)

Com o decorrer dos anos e com a criação de leis e mecanismos que possibilitaram a vinda de pessoas africanas para o Brasil, esse fluxo se tornou mais frequente, a partir dos anos de 1960. E mesmo com políticas que não restringem o acesso de pessoas negras africanas ao país, a herança do período da escravidão e esse momento em que a raça era usada como uma barreira para a entrada dessas pessoas no Brasil, refletem em como hoje, os migrantes e refugiados africanos são tratados: com discriminação e preconceito. Por ser um país com raízes profundamente racistas e um histórico de mais de três séculos de escravidão, a sociedade brasileira foi forjada na desigualdade, escravismo e violência. Mascarada pelo mito da democracia racial, o racismo estrutural (e estruturante) deixa visível como a população negra é marginalizada e se articulamos o racismo ao sexismo, GONZALEZ(2020, p. 76) nos diz que essa junção “produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”. E completa:

numa sociedade onde o racismo e o sexismo, enquanto fortes sustentáculos da ideologia de dominação, fazem dos negros e das mulheres cidadãos de segunda classe, não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra. GONZALEZ(2020, p.109)

Desta forma, mulheres migrantes ou refugiadas racializadas, ao chegarem ao Brasil, descobrem as desigualdades que permeiam as categorias de gênero e raça, e encontram uma série de questões e opressões que também atravessam as vidas das pessoas negras brasileiras.

Para CARNEIRO(2011):

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. (CARNEIRO, 2011)

Neste sentido, Carneiro considera que quando falamos em mulheres negras, é necessário pensar sobre como o racismo impacta as relações de gênero, uma vez que a herança do colonialismo segue viva em nossa sociedade. GONZALEZ (2020, p.131), completa, afirmando que: “o racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas”. Portanto, percebemos como as autoras, mesmo não se

considerando teóricas da categoria interseccional, em suas abordagens tem considerações relacionadas à teoria da interseccionalidade.

Desta maneira, problematizar as várias facetas que estão inseridas no processo migratório, se faz importante. Analisar este processo, à luz dos estudos da interseccionalidade, possibilita um melhor entendimento acerca das opressões que essas mulheres em situação de refúgio enfrentam, sempre levando em consideração as múltiplas identidades que se conectam durante o processo de deslocamento, seja na motivações para o deslocamento, ou na chegada ao lugar de destino, como será sua integração ao novo lugar, é sobre essas perspectivas que devemos analisar os processos migratórios, sob uma abordagem interseccional.

Pesquisar sobre esse tema, partindo da perspectiva interseccional, não só pode expandir novas possibilidades de análises, como também promove o aprofundamento sobre os conhecimentos a respeito desse fenômeno tão complexo. Visto que durante o processo de migração, as diferenças, motivações, consequências e os impactos, na vida dessas pessoas que migram, causam mudanças profundas. E naturalmente, a experiência vivenciada por mulheres, dentro desses processos, tendem a ser atravessadas por muitas opressões. Seja com relação às questões mais concretas, quanto às questões mais subjetivas.

A imigração e a situação de refúgio, ainda é um movimento bastante masculino, embora tenhamos visto que as mulheres migram e os dados apontam um movimento expressivo de mulheres se deslocando. Com esse aumento dos dados, há um fenômeno sendo chamado de “feminização das migrações”, devido ao número expressivo de mulheres se deslocando. E tendo em vista que os homens se movem com mais facilidade, são as mulheres que enfrentam as maiores dificuldades, por conta das diversas opressões que carregam e os vários obstáculos que enfrentam durante o percurso migratório.

Neste sentido, vemos como se faz necessário que os estudos sobre migrações femininas sejam abordados a partir de uma perspectiva interseccional, uma vez que durante o processo de migração, as diferenças de gêneros podem ser enormes e se levarmos em conta as tantas discriminações que essas mulheres vivenciam, as tornam ainda mais vulneráveis.

Neste capítulo, buscou-se compreender como as migrações femininas podem ser apreendidas sob a teoria da interseccionalidade levando em conta suas múltiplas vulnerabilidades. As mulheres que vivem o processo do refúgio, estão imersas num

fenômeno com várias nuances e muitas possibilidades a serem exploradas, portanto analisar esses processos, sob a ótica da interseccionalidade, contribuem para os estudos de migrações e de mulheres em situação de refúgio.

### **Capítulo 3 - Surpresas e descobertas da pesquisa etnográfica**

Neste capítulo, apresentaremos a cidade de Duque de Caxias e a região onde vivem as mulheres refugiadas, como elas chegaram e mostraremos o início da pesquisa que começou a se desenvolver, a partir de dados e documentos da ASPAS.

Duque de Caxias é um município localizado na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro e situado na Baixada Fluminense. Figura como a terceira cidade mais populosa do estado, ficando atrás da capital e da cidade de São Gonçalo. O município tem uma população de 808.152 pessoas e uma área territorial de 467.319km<sup>2</sup>, segundo os dados do último censo demográfico, realizado em 2022.

Figura 5 - Mapa do município de Duque de Caxias



Fonte: PUC-Rio/NIMA/Imprensa Oficial do Estado do RJ/ Petrobras  
Disponível em: [https://issuu.com/fayvestudio/docs/atlas\\_duque\\_de\\_caxias](https://issuu.com/fayvestudio/docs/atlas_duque_de_caxias)

Administrativamente, a cidade é dividida em quatro distritos: Duque de Caxias, Campos Elíseos, Imbariê e Xerém. Gramacho, bairro onde residem as congolezas, está localizado no primeiro distrito da cidade, que é composto pelos bairros mais centrais e aqueles que se localizam no entorno do centro. É importante lembrar que Duque de Caxias abrigou por três décadas, o maior aterro sanitário da América Latina, no bairro Jardim Gramacho e foi desativado em 2012.

Figura 6 - Bairros de Duque de Caxias



Fonte: Wikimedia Commons

Disponível em [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bairros\\_de\\_Duque\\_de\\_Caxias.png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bairros_de_Duque_de_Caxias.png)

Há quem confunda os bairros, por conta dos nomes, porém são dois lugares distintos: Jardim Gramacho está situado nos fundos da Baía de Guanabara, enquanto Gramacho é um bairro vizinho, mas localizado próximo à região central da cidade.

Figura 7 - Imagem do bairro de Gramacho, vista do alto da estação de trem



Foto da autora

É importante lembrar que Gramacho, desde os anos 80, recebe imigrantes vindos de Angola, e como já dito antes, ao longo desses anos, africanos de outras nacionalidades, passaram a residir naquela região por conta da existência dessa comunidade. Com isso, em 2006, foi criada a Comunidade Ango-Congolesa no Brasil (CACB)<sup>12</sup> em Gramacho, por imigrantes de Angola e RDC.

Residir em bairros onde há uma estação de trem, é uma estratégia importante e uma prática muito comum para esses imigrantes, uma vez que as linhas de trem conectam alguns bairros por onde essas pessoas costumam circular, além de dar acesso à região central da cidade do Rio de Janeiro. Neste sentido, a estação de Gramacho

---

12 Para mais informações sobre a CACB ver em: PETRUS, Maria Regina. Refugiados congolese no Rio de Janeiro e dinâmicas de “integração local”: das ações institucionais e políticas públicas aos recursos relacionais das redes sociais. Tese de doutorado.



passa a ser um elemento central no dia a dia dessas pessoas, pois facilita o acesso a serviços e o deslocamento pela cidade.

Figura 8 - Estação de Gramacho



Foto: Igor Freitas

Dito isso, Gramacho é o bairro onde essa pesquisa se iniciou. A fim de analisar o refúgio sob a perspectiva das mulheres congolesas, viventes em Duque de Caxias, especificamente neste bairro referido, neste capítulo, fomos à procura das nossas interlocutoras. E para chegar até essas mulheres, buscamos dados na ASPAS, instituição situada em Duque de Caxias e que desenvolve um trabalho com essas mulheres refugiadas durante suas chegadas e permanências na cidade, a partir de 2016.

Na tentativa de localizar essas mulheres e obter informações, iniciei minhas

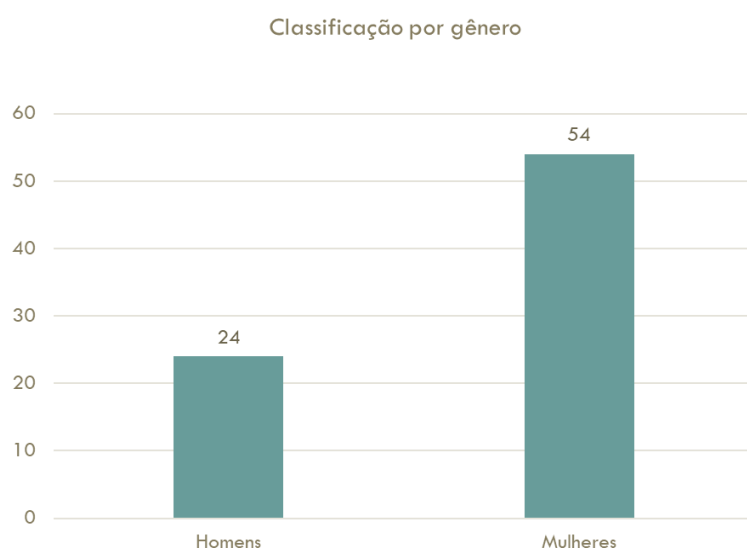


buscas<sup>13</sup> nesta instituição, analisando documentos da primeira ação<sup>14</sup> realizada com a comunidade congoleza, que se organizou em Gramacho em 2015/2016. Esses documentos tratam-se de listas de presença contendo endereço, telefone e composição familiar das pessoas cadastradas. E, ao iniciar minha investigação, também tive acesso a lista de presença da ação realizada mais recentemente e pude fazer um comparativo entre a primeira e a última ação que a instituição realizou com essa população refugiada. E os dados encontrados, revelam sobre o deslocamento, sobre o provisório e sobre como essas mulheres se movimentaram durante esses anos.

Houve uma redução significativa da população congoleza, principalmente das mulheres, de acordo com os dados analisados. E é a partir desses dados iniciais, que nos fizeram repensar e traçar novas estratégias para essa pesquisa, a fim de analisar o trânsito dessas mulheres. E buscar entender por que elas estão saindo de Duque de Caxias e pra onde estão indo.

Após analisar esses primeiros dados na ASPAS e em entrevista com a coordenadora de projetos e a assistente social da instituição, a informação que obtive é que as mulheres e as crianças, foram as primeiras a chegar à cidade. No início do ano de 2016, nessa primeira ação realizada em Gramacho, ao analisar os documentos, os resultados encontrados foram:

Figura 9 - Gráfico Classificação dos refugiados atendidos pela ASPAS por gênero



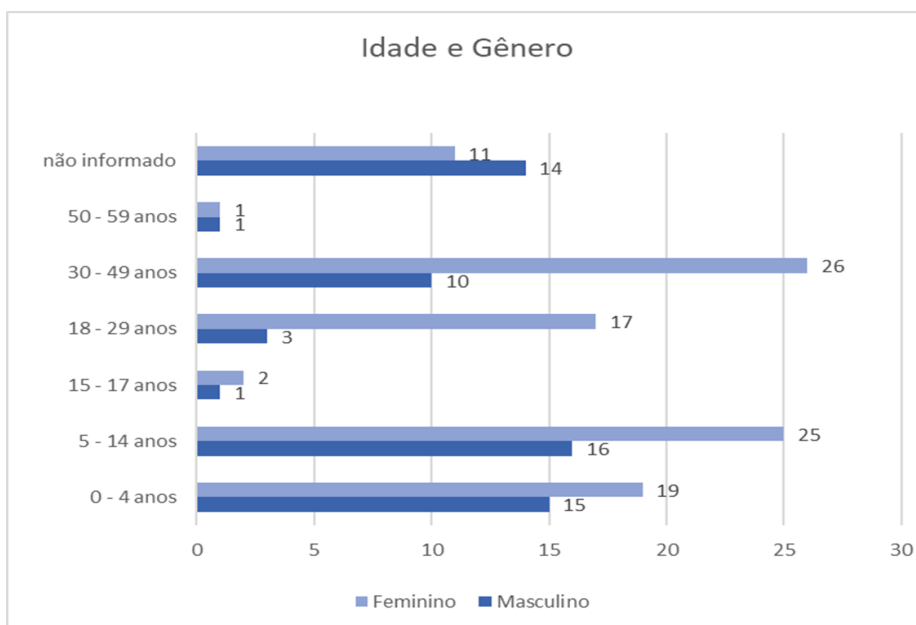
13 Realizei visitas à instituição nos meses de junho e julho de 2023, a fim de começar a colher alguns dados iniciais.

14 As ações realizadas pela ASPAS naquele momento, eram de entregas de cestas básicas. Esse trabalho teve seu início em janeiro de 2016 e seguiu até os últimos meses.

Fonte: elaborado pela autora (2023)

De acordo com a fala das entrevistadas, as mulheres sempre estiveram em maior número e nesse primeiro momento, dentre essas mulheres, haviam 5 mulheres gestantes, 83 crianças e adolescentes.

Figura 10 - Gráfico Classificação por idade e gênero



Fonte: elaborado pela autora(2023)

Esses números tiveram um salto nos meses seguintes e a instituição chegou a atender por volta de 100 famílias em 2016. Porém, após essa grande chegada dos congoleses e congolesas durante esse ano no Rio de Janeiro, houve uma queda no número de solicitantes de refúgio vindos de RDC, nos anos seguintes, enquanto aumentavam a entrada de venezuelanos e venezuelanas no país. De acordo com a pesquisa de SANT'ANA, realizada em 2019 no Rio de Janeiro, com base em informações não oficiais, colhidas em entrevista com um membro da comunidade congolesa no RJ, haviam cerca de 2 mil congoleses e congolesas na cidade naquele ano. E muitos começaram a sair do país por conta da crise econômica e as dificuldades encontradas pelo caminho, como: inserção em mercado de trabalho, moradia, burocracia para regularização de documentos e outras.

Em Duque de Caxias não foi diferente, com base na entrevista realizada com as funcionárias da ASPAS, a maior dificuldade encontrada por essas mulheres refugiadas, está diretamente ligada à moradia e ao trabalho, e portanto, cabe refletir sobre esse

caráter provisório do imigrante, que devido à mudança das circunstâncias, tendem a se desligar frequentemente.

Considerando que o trabalho com o cabelo, tanto para homens, como para mulheres congolesas, é uma fonte de renda importante, o dado que obtive, é que muitas congolesas que viviam em Gramacho, migraram para o bairro de Madureira, Zona Norte do Rio de Janeiro, onde há um movimento de mulheres congolesas transistas nas galerias daquele bairro.

Ao comparar os dados do início de 2016, com os dados mais recentes da ASPAS (abril de 2023), constato que apenas 5 mulheres congolesas participaram dessas ações. Às funcionárias da ASPAS me informaram que as imigrantes com as quais elas mantiveram contato, seguiram caminhos diversos: algumas retornaram à RDC, outras se espalharam por outros bairros do Rio de Janeiro e algumas seguiram para o Canadá e outros países.

Buscando caminhos que me permitissem entender para onde tinham ido as refugiadas congolesas, acabei por conhecer Latasha<sup>15</sup> que era apontada como uma liderança entre as mulheres daquela nacionalidade.

### **3.1 Os caminhos da pesquisa**

O primeiro encontro que tive com Latasha, foi na confraternização da ASPAS em dezembro de 2023. Era uma confraternização de fim de ano e as famílias refugiadas que são atendidas pela instituição, foram convidadas a participar do evento. Na ocasião, seriam distribuídos presentes às crianças e adolescentes refugiados e cestas básicas a cada família presente.

Quando cheguei por lá, havia uma senhora angolana de aproximadamente 60 anos e algumas funcionárias da ASPAS, além de convidados de outras instituições parceiras. Logo depois, chegaram Latasha e Vana<sup>16</sup>, sua filha adolescente, de 14 anos. E, ao longo daquela manhã, mais três famílias refugiadas compareceram à confraternização, duas delas, que hoje vivem em Brás de Pina, bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro. Muitas outras famílias foram convidadas, porém não conseguiram estar

---

15 Esse é um pseudônimo. Criei um nome fictício para minha interlocutora, pois não fui autorizada a fazer o registro da nossa conversa

16 Nome fictício.

presentes, algumas pela dificuldade de se deslocar até o local e outras, por estarem trabalhando naquele dia.

Fui apresentada à Latasha, congolesa refugiada que vive em Gramacho, por Mariza<sup>17</sup>, coordenadora de projetos da ASPAS. Naquela manhã, conversamos bem informalmente. A intenção era de nos conhecermos e que Latasha fosse uma porta de entrada para conseguir contactar outras mulheres, visto que ela é considerada uma “líder” das famílias refugiadas em Gramacho e me informou que organizava um grupo de mulheres, que se encontram mensalmente, no centro do Rio de Janeiro.

Após o fim da festa de confraternização, pudemos falar um pouco mais. Mariza e Latasha relembrou como foi a chegada dos congoleses naquele período de 2015. Ela nos contou que já saiu de Gramacho algumas vezes, foi morar em outros lugares, mas sempre retorna ao bairro. Latasha vive apenas com sua filha, numa casa alugada. Mas desde sua chegada, já residiu em muitas outras casas no bairro.

Contou que nos primeiros meses que havia chegado ao Brasil, ela precisava de dinheiro e ainda não tinha trabalho, então pensou em começar a fazer tranças. Como não sabia escrever em português<sup>18</sup>, pediu para a filha, que já falava o idioma<sup>19</sup>, escrevesse num papel: “Aqui faz trança”. E assim foi feito. Vana escreveu um cartaz e Latasha afixou a placa no portão. Assim, ela conseguiu o seu primeiro cliente.

Quando perguntei sobre o trabalho, ela disse que tem trabalhado com o que aparece, e que ultimamente tem sido muito difícil. Ela faz tranças porque “isso já está no sangue”, mas sua profissão é costureira e no momento, não tem máquina de costura para trabalhar, como também não tem um salão, onde possa trabalhar com as tranças. Ela diz que nos períodos de festas é onde consegue alguns clientes e esperava pelo Carnaval, já na expectativa de conseguir trabalhar e manter seu sustento. Latasha diz que tem tido dificuldade para pagar aluguel e muitas vezes precisou de ajuda financeira para conseguir atravessar o mês.

Após o fim desse encontro, comuniquei a Latasha que entraria em contato, para que, em breve, pudéssemos conversar melhor e fazer uma entrevista. Com a chegada

---

17 Usamos o nome real da entrevistada, pois nos foi concedido autorização.

18 Como já exposto no capítulo 1, a língua oficial da RDC é o francês porém, há outras línguas nacionais, como: o Lingala, Kicongo e etc.

19 As crianças têm mais facilidade em aprender o idioma e na maioria das vezes, elas ajudam as mães e os pais com a questão da comunicação. E ao chegarem no Brasil, as pessoas solicitantes de refúgio podem se matricular nas aulas de português, oferecidas pela Cáritas em parceria com a UERJ. São aulas gratuitas e cada pessoa inscrita recebe um auxílio para custear as passagens e frequentar o curso. Com professores voluntários, o curso oferece aulas para falantes das línguas: inglês, espanhol, francês e árabe.

das festas de fim de ano, esperei iniciar o mês de janeiro, para continuar o contato com minha interlocutora.

Na primeira vez que nos falamos por telefone, através de mensagens de texto, me apresentei dizendo que tínhamos nos conhecido na confraternização da ASPAS, em Caxias e perguntei se poderíamos nos encontrar, em Gramacho ou em algum lugar que fosse melhor pra ela. E a resposta que obtive foi positiva, poderíamos nos encontrar, mas a mensagem seguinte, dizia que estava muito preocupada, porque estava precisando de emprego.<sup>20</sup> Perguntei sobre qual dia seria ideal pra gente conversar e aproveitar pra saber mais informações sobre o grupo de mulheres, que ela havia comentado no primeiro encontro. A ideia era me aproximar desse grupo, ir a algumas reuniões e fazer algumas observações.

Ela me respondeu com uma mensagem de áudio, não menciona o grupo, mas diz que queria me convidar para o evento que iria acontecer na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), nos dias 24 e 25 de janeiro e que precisava de pessoas que votassem nela, pois iria se candidatar a delegada nesta Conferência. E então combinamos de nos encontrarmos por lá.

O evento a que ela se referia, era a I Conferência Estadual de Migrações, Refúgio e Apatridia do Estado do Rio de Janeiro (COMIGRAR), evento convocado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, e tinha como objetivo a participação de pessoas refugiadas, migrantes e apátridas na formulação de políticas públicas e ações que visassem o combate às desigualdades vividas pelos mesmos. Essa foi uma etapa preparatória para a 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, que será realizada em Brasília de 8 a 10 de novembro desse ano, e nesta etapa estadual, foram eleitos delegados e delegadas para esta Conferência.

Me encontrei com Latasha no primeiro dia do evento, durante o intervalo para o almoço, nos encontramos na saída do auditório, nos cumprimentamos com um abraço e ela me perguntou se eu queria conversar ali mesmo, eu disse que preferia num outro momento, a Conferência teria muitas atividades e não conseguiríamos fazer uma entrevista durante o evento. E propus de fazer essa conversa com ela em Gramacho, ela concordou.

Aproveitei a oportunidade e perguntei sobre o grupo de mulheres que ela havia mencionado em nosso primeiro encontro. Ela disse que o grupo não estava acontecendo,

---

20 Essa fala era recorrente. Das muitas vezes que entrei em contato, a falta de trabalho era uma das questões que mais a preocupava.

porque as mulheres estavam muito desanimadas, sem trabalho e precisando de dinheiro. Então perguntei se ela poderia me passar outros contatos de mulheres congoleesas, pois pensava que esse grupo poderia ser uma forma de me aproximar, e como os encontros não estão sendo realizados, ela poderia indicar outras mulheres para participar da entrevista. Ela me diz que as mulheres congoleesas estão tendo muitas dificuldades financeiras e só vão à alguma atividade, quando sabem que irão receber algo em troca, como uma cesta básica, por exemplo. E disse que é muito difícil conseguir marcar com elas, justamente por isso.

Esse encontro foi breve. Logo nos despedimos e não continuamos a conversa durante a tarde, no evento. No dia seguinte, houve a apresentação e votação dos pré-delegados e delegadas, ela havia dito que seria uma das candidatas, porém percebo que ela não compareceu. Havia mulheres congoleesas presentes, mas era visível como os homens se expressavam mais<sup>21</sup> e se colocavam mais no debate. Durante a apresentação dos candidatos e candidatas, pude perceber como a maioria dos candidatos eram homens. Muitos congoleeses se candidataram, porém, não havia mulheres congoleesas na disputa. Havia poucas mulheres africanas se candidatando e as candidatas venezuelanas eram a maioria. Ao fim da votação, que teria paridade entre os gêneros, foram eleitos 4 mulheres e 4 homens.

Após esse dia, houveram outras tentativas de encontros e contatos feitos por telefone. Propus um dia da semana, e ela não podia me receber naquele dia específico, porque queria distribuir uns currículos em alguns lugares, de novo, mencionou sobre como estava difícil sem ter um trabalho. Durante a semana, ela estava fazendo curso de costura e manicure e, portanto, ela só conseguiria me receber aos domingos. E então conseguimos marcar uma data: no dia 25 de fevereiro, um domingo à tarde, após a igreja. Ela frequenta o culto de uma igreja evangélica<sup>22</sup> próximo a sua casa, combinamos no horário de sua saída.

No dia combinado, recebi uma mensagem de texto de Latasha, informando que teria uma atividade na igreja à tarde e que poderíamos nos encontrar mais para o fim do dia, às 18h. E assim ficou combinado. Quando cheguei ao bairro, caminhei até a sua

---

21 Era perceptível como os homens congoleeses assumiam uma posição de protagonismo, durante esse evento. A desigualdade de gênero podia ser percebida a cada vez que os homens se colocavam nesse lugar de poder, enquanto as mulheres permaneciam numa posição de inferioridade.

22 Igreja Assembléia de Deus Central em Gramacho - Uma Igreja viva 24 horas. Em uma busca pela internet, vi umas fotos pela rede social, é uma igreja bem grande e com muitos membros. Existe há quase 40 anos em Gramacho.

casa, que fica próximo à estação de trem de Gramacho. Aquela região é bastante movimentada e no caminho passei por algumas igrejas evangélicas e bares bem movimentados.

Figura 11 - Caminho para a casa de Latasha



Foto da autora

Ao chegar à sua rua não foi diferente, é uma rua longa e com um movimento considerável. Fui percorrendo o caminho e procurando pelo número da sua casa, a numeração é bastante desconexa, mas finalmente encontrei. Sua casa fica em cima de uma igreja, há um portão pequeno ao lado e uma escada que dá acesso a um corredor com algumas casas. Ali, é uma espécie de vila, ao lado da sua residência, há umas três casas.

Fui recebida por sua filha que estava acompanhada de uma prima, outra jovem congolesa. As duas desciam a escada carregando uma bicicleta, naquele momento, a prima estava indo pra casa, que fica próximo dali. Vana diz que sua mãe está me esperando e que eu podia subir. Ao encontrar Latasha, sentamos em umas cadeiras em frente a porta da sua casa, no corredor. Fazia muito calor e ela disse que sua casa era muito quente. Enquanto começávamos a nossa conversa, as duas jovens permaneciam no portão conversando e a todo momento, minha interlocutora parecia preocupada com as duas. Por vários momentos, ela pediu pra que as jovens entrassem e não ficassem com o celular na mão. Perguntei se tinha medo de algo e ela disse que estava tendo muitos assaltos por ali.

Ao iniciar nossa conversa, percebi que Latasha estava um pouco desconfortável em conversar comigo. Expliquei a ela sobre a minha intenção com aquela conversa e fui aos poucos, tentando me aproximar. Nesse dia, não consegui gravar a nossa conversa, ela havia mencionado sobre um documento de autorização da Cáritas<sup>23</sup>, e que só poderia ser gravado se eu tivesse esse documento em mãos. Eu não tinha conhecimento desse documento, mas decidi continuar a nossa conversa de maneira mais informal e disse que iria me informar sobre essa autorização e voltaria numa outra oportunidade, para conversarmos mais uma vez. E assim, ficou combinado. Nesse momento, ela colocou um questionamento, disse sobre nós pesquisadores que vamos até elas em busca de entrevistas, e que isso é algo que vai beneficiar a nós mesmos, que é algo bom para o nosso futuro, mas e elas? O que ganham com isso?

Embora tenha feito essa crítica, percebi que ela se sentia mais a vontade pra falar comigo e então foi contando um pouco de sua vida. Latasha narrou que vivia em Kinshasa e em seus últimos anos na RDC, havia se mudado para Goma. Vem de uma família de 16 irmãos, sua mãe vive na RDC e desde a sua chegada ao Brasil, mantém contato com sua família de forma virtual. Latasha conta que, em seu país, trabalhava como costureira e cursava Relações Internacionais.

Aqui no Brasil, ela não conseguiu dar continuidade à graduação por questões burocráticas e está cursando novamente o ensino fundamental, na modalidade à distância, pelo Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA). A falta dos certificados escolares a impediu de dar continuidade aos estudos, além de dificultar na

---

23 Em contato com a coordenadora da instituição Pares-Cáritas, fui informada que não havia um documento de autorização fornecido pela instituição. Se fossemos utilizar o espaço da Cáritas para a realização da entrevista, haveria essa autorização, mas como não era essa a intenção, não seria necessário.



busca por trabalhos mais qualificados. Sobre sua experiência com a costura, Latasha diz que aqui no Brasil as modelagens e os tecidos são muito diferentes dos usados na África e então ela decidiu fazer um curso de costura, para aprender a produzir modelos mais usados por aqui e com tecidos mais usuais. Porém, a falta de uma máquina de costura, a impede de produzir novas peças.

Latasha conta que em seu país, a violência está cada vez maior, me mostrou algumas notícias pelo celular, alguns vídeos e fotos. Aquelas imagens bastante conhecidas, de pessoas refugiadas percorrendo longos caminhos<sup>24</sup> para fugirem da guerra, ela me mostrava e dizia que havia passado por isso também.

Figura 12 - Família congoleza fugindo dos conflitos



Fonte: Justiceinconflict.org

Foto: James Akena / Reuters

Retirado do site:

<https://justiceinconflict.org/2016/01/13/a-tug-of-war-for-justice-confusion-over-complementarity-and-cooperation-in-the-congo/>

Conversamos por mais de uma hora neste domingo e decidi por finalizar a conversa, mas disse que voltaria depois que me informasse a respeito desse documento de autorização. Na despedida, ela decidiu me levar até a esquina da sua rua e então, fomos caminhando nós três: Latasha, Vana e eu. Nesse momento, pude conversar um

---

24 Na maioria dos casos, os refugiados fogem da guerra e se deslocam internamente para uma outra região no país. Essas pessoas caminham por dias até encontrarem um local seguro. Enquanto outros tantos, chegam a cruzar fronteiras de países vizinhos a pé.

pouco com sua filha, que contou sobre a escola e sobre sua vontade de trabalhar como Jovem Aprendiz, para poder ajudar a mãe. Durante o caminho, elas falaram sobre a Igreja que frequentam, que fica bem próximo à casa delas e me convidaram pra ir ao culto um dia que eu quisesse. As duas me acompanharam até próximo à estação de trem e ali nos despedimos e combinamos de nos falar numa próxima vez.

No dia 9 de março, houve um encontro da ASPAS. Era uma comemoração de 40 anos da instituição e os refugiados e refugiadas congolezas estavam presentes. Latasha havia dito durante a nossa conversa em sua casa, que nesse evento fariam uma apresentação cultural e falariam sobre a situação atual da RDC. Fui convidada pelas organizadoras a ser voluntária e ajudar na produção, no dia do evento. Ao chegar por lá, encontrei Latasha e outras mulheres e homens refugiados.

Durante a apresentação da comunidade refugiada, atividade que fazia parte da programação do evento, eles decidiram falar sobre RDC e sobre a situação em que se encontram as pessoas refugiadas que vivem aqui, no Rio de Janeiro. Nesse momento, a impressão que tive é que, mais uma vez, eles estavam ali para mostrar que eles existem e vivem em Duque de Caxias, por mais que muitos já os conhecessem e soubessem, inclusive do trabalho que a ASPAS realizava com essas pessoas, muitos outros não sabiam da existência de uma comunidade refugiada, no bairro de Gramacho.

Mesmo que hoje eles não estejam tão presentes nesse bairro, ainda há refugiados e migrantes africanos, vivendo em Duque de Caxias e que permanecem invisibilizados. Neste sentido, as mulheres acabam sendo as mais prejudicadas dentro desse processo e sofrem essa invisibilidade em diversas camadas, seja com relação aos homens, que ganham mais espaço ou com relação a outros grupos de outras nacionalidades e que são mais articulados. Nesta ocasião, pude perceber novamente como os homens congolezes tendem a falar mais que as mulheres e por consequência, dominam os espaços.

Nesse encontro, não tive a oportunidade de conversar com Latasha e outras mulheres. Foi um encontro breve e logo após a participação deles no evento, regressaram ao Gramacho. Conversei rapidamente com Latasha e combinamos de nos falar por telefone. Após esse encontro, houveram três tentativas de encontrá-la. O primeiro contato por mensagem de texto, foi sem sucesso. No segundo, ela me respondeu com áudio dizendo que estava muito preocupada, sem dinheiro, precisava pagar dois meses de aluguel e estava se organizando para trabalhar em Madureira com as tranças, e disse que combinaria um dia pra gente se encontrar, porém, não tive retorno. E a terceira tentativa, ela não me respondeu.

Foi um processo bem longo e difícil, pois as mulheres não estão muito disponíveis. O tempo delas, é direcionado a questões de trabalho e como dar conta da sua sobrevivência em um outro país com uma cultura diferente, uma língua diferente e com todas as dificuldades impostas a uma mulher em situação de refúgio.

### **3.2 As entrevistas: reconhecer os limites. Repensar os trajetos**

Depois de diversas tentativas, decidi traçar um outro plano. Resolvi entrevistar as trabalhadoras das instituições que atendiam essas mulheres, para entender a percepção delas sobre as refugiadas e se elas também sentem essa dificuldade em conseguir acessá-las. Entrei em contato com a coordenadora da Pares-Cáritas e com a coordenadora de projetos da ASPAS. Só obtive um retorno da Mariza, da ASPAS, então combinamos em uma manhã, na própria sede da instituição, no centro de Duque de Caxias.

Ao chegar na sala de reunião, encontro Mariza e falo um pouco sobre as dificuldades que eu estava enfrentando durante a pesquisa e como estava sendo complicado conseguir acessar as minhas interlocutoras. Mariza conta que, durante a sua pesquisa do mestrado<sup>25</sup>, também encontrou dificuldades<sup>26</sup>. Ela pesquisou sobre o desafio dos professores diante do contexto das migrações. Mariza, além de coordenadora de projetos da Aspas, também é funcionária da Secretaria Municipal de Educação, na cidade de Duque de Caxias.

Iniciamos a conversa, com a Mariza falando sobre a necessidade da reaproximação com as famílias refugiadas e na retomada de um vínculo, que se perdeu durante a pandemia. Ela pretende retomar às atividades com as essas mulheres e quer convidar algumas pessoas que estão interessadas em desenvolver projetos com as pessoas refugiadas, a colaborarem também. Inicialmente, pensamos em um encontro com as mulheres refugiadas para ouvi-las, entender suas necessidades e posteriormente, continuar o percurso com essas pessoas interessadas em ajudar. Nesse primeiro

---

25Dissertação intitulada: Estudantes Refugiados: Desafios para os professores no contexto das migrações contemporâneas, defendida em 10 de novembro de 2021 no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, do Centro Universitário Augusto Motta.

26 Durante o processo da sua pesquisa, era período da pandemia de COVID- 19 e as entrevistas precisaram ser feitas de forma virtual. Mariza conta que encontrou dificuldades nesse momento, pois os professores tinham uma certa dificuldade pra responder o questionário virtual. “Faltava habilidade” para utilizar o questionário, segundo ela: “uma entrevista presencial funcionaria melhor”

momento, seria um encontro entre nós duas e as mulheres. Penso que poderia ser uma boa oportunidade para ouvir as mulheres e isso poderia colaborar com minha pesquisa. Na semana seguinte, haveria um feriado e pensamos que poderia ser um bom dia, pois as mulheres estariam livres do trabalho. Mariza fala sobre convidar 4 mulheres (2 congolesas e 2 angolanas), que são as mais participativas. Há cerca de 17 famílias nos cadastros da ASPAS, hoje. Dentre essas, há famílias da RDC e de Angola.

Mariza propôs esse encontro, pois urge a necessidade retomar às atividades com essas mulheres, e me convidou pra que eu pudesse estar junto durante esse processo de criação. Fico feliz com o convite, pois será uma devolutiva a essas mulheres que eu tento me aproximar e pesquisar. Deixamos uma data pré-combinada e Mariza ficou responsável por fazer os convites às mulheres. Algo que foi bem claro na fala dela, era que ajudaria no custo da passagem, usando a verba do fundo para refugiados da ASPAS, pois normalmente, a falta de dinheiro para se locomover, as impedem de estarem presentes nas atividades.

A falta de recursos financeiros é um dos grandes obstáculos para as mulheres refugiadas e a inserção no mercado de trabalho pode haver diversas barreiras. Muitas dessas mulheres migrantes, estão inseridas em cenários informais e precarizados e além disso, cabe a elas a função de cuidar da família, dificultando ainda mais a sua permanência em alguns trabalhos. Para DUTRA(2013)

(...) existem fatores notadamente femininos, no sentido que são mais característicos da mulher do que do homem migrante – se bem que alguns homens possam também sofrê-los. Tal o caso de: a pobreza e a falta de oportunidades, a violência e a opressão para com a mulher dentro do próprio núcleo familiar e comunitário, assim como a vontade de se emancipar e realizar sonhos. (DUTRA, 2013, p.180)

Desta forma, a autora explica que o gênero é uma categoria que influi na experiência do percurso migratório das mulheres. E em relação aquelas mulheres que migram apenas com seus filhos, sem a companhia de um homem, as dificuldades são maiores. As mulheres que são mãe solas se veem numa encruzilhada diante dos desafios encontrados. Como exercer alguma atividade laboral e ser a principal cuidadora dos filhos e da casa? Além de outras barreiras, como: qualificação, documentação, idioma, classe, raça, nacionalidade, são muitas as vulnerabilidades que estão presentes na vida

dessas mulheres, durante esse processo. Pergunto à Mariza se ela vê o trabalho como um dos problemas principais, ela comenta:

Na verdade, é o sustento dos filhos. E o sustento aqui no Brasil, vem do trabalho. Que é diferente da realidade deles, que a mulher não tinha essa preocupação. Isso é uma preocupação do marido lá. no Congo. Quem é o provedor da casa é o marido. (MARIZA, Duque de Caxias, abril de 2024)

O cuidado com a família é uma responsabilidade imposta às mulheres quase que de forma institucionalizada. Construída socialmente e com base nas expectativas, normas, papéis de gênero e outros marcadores, a ideia de que essa função cabe às mulheres, tem evoluído nos últimos tempos, mas em muitos casos, tem sido uma tarefa exercida de maneira desigual. As mulheres migrantes que chegam ao Brasil, sozinhas com seus filhos, têm desafios muito significativos e os enfrentam diariamente. Com a dupla função de cuidar dos filhos e gerir financeiramente uma casa e, na maioria das vezes, sem ter uma rede de apoio, essas mulheres passam por muitas dificuldades, principalmente financeiras.

Quando encontrei com Latasha em sua casa, ela contou que veio para o Brasil com sua filha, o marido ficou na RDC. Mas não aprofundou muito sobre a sua vinda, porém, nessa entrevista com Mariza, ela diz que Latasha ficou viúva quando já estava no Brasil, ela também não soube dar mais detalhes, pois afirmou que Latasha não se aprofunda muito nesses assuntos.

Durante a conversa com Mariza, ela conta que a vinda desses migrantes para o Brasil, é muito diversa: “Alguns sabiam que vinham para o Brasil, outros não. Vieram parar no Brasil, mas nem imaginavam o que era Brasil. Isto é forte, né?”, ela diz. E algumas pessoas usavam o Brasil ou o Rio de Janeiro, como uma passagem<sup>27</sup>. Já chegaram aqui, com a ideia de ir para São Paulo, pro Canadá e outros países. Muitas mulheres que passaram por Duque de Caxias, hoje vivem fora do país. Ela diz que percebia um modo de pensar diferente em algumas mulheres, algo como “uma ideia de crescimento”. Enquanto outras, ela percebe que não conseguiram sair do lugar.

Falamos sobre os primeiros momentos das pessoas refugiadas em Gramacho, perguntei sobre o perfil das pessoas, naquele momento, ela afirmou: “Ali, os homens estavam mais à frente. Quem tomava a frente eram dois congoleses, M. que hoje está nos Estados Unidos e S. que ainda está aqui com a gente hoje, já tem um filhinho

---

27 Há quem use certos países ou algumas regiões como uma passagem ou um trampolim migratório. Estes lugares servem como uma espécie de escala dentro do processo de migração e é um ponto de trânsito até a chegada ao destino final.

brasileiro”. Os homens dominavam, embora houvesse bastante mulheres. Ela diz que tem percebido isso, até mesmo na Educação, ela diz que é visível o aumento de homens no magistério, na educação infantil. Ela relata que em algum momento, esses homens professores migram para serem gestores. Pergunto se ela percebe esse domínio masculino na comunidade de refugiados, ela diz que “aqui se repete o modelo, até porque lá já tem esse modelo. O modelo de família lá, as mulheres ficam em segundo plano.”

Tendo em vista que a RDC é um país onde a hegemonia masculina é dominante, com frequência, as mulheres ocupam lugares inferiores dentro da sociedade, enquanto os homens ocupam posições de autoridade e poder. E isso ocorre tradicionalmente, em todos os países onde o patriarcado é uma força que domina e molda em muitos aspectos a vida das pessoas e aqui no Brasil não é diferente, os mesmos moldes de família patriarcal se repetem. Na maioria das situações, o homem é o principal provedor financeiro da família, enquanto as mulheres ocupam um lugar secundário, mas, não menos importante: o lugar do cuidado da casa e dos filhos, ou seja, o trabalho doméstico.

Durante a nossa conversa, relembro sobre a conferência que ocorreu na UERJ e comento com Mariza que percebi essa forma dos homens se colocarem sempre à frente e no evento realizado na ASPAS, também percebi a mesma conduta. Mariza menciona a época em que a instituição oferecia cestas básicas, as mulheres eram mais presentes: ´

Durante o tempo que a gente oferecia as cestas básicas, vinham poucos homens para buscar o alimento. A gente tinha roda das mulheres (...) e depois foi reivindicado que tivesse a dos homens, porque pouquíssimos homens participavam, estavam indo... mas não foi à frente. Ali, como era um trabalho de receber doação, né? Eles não iam. Iam as mulheres. (MARIZA, Duque de Caxias, abril de 2024)

Esse relato evidencia que, a partir de uma perspectiva de gênero e dos papéis socialmente atribuídos aos indivíduos, as mulheres são as principais cuidadoras da casa e por estarem em situações mais vulneráveis, a procura por esse recurso é algo que elas fazem com mais frequência. Em alguns casos, elas são as únicas provedoras da casa. Porém, a ausência dos homens nas ações de entregas de alimentos, podem ser justificadas, pois eles são vistos como os principais provedores. E uma vez que essa função não é realizada efetivamente, buscar ajuda, pode soar como uma ofensa a sua masculinidade. Para GUEDES e DAROS (2009, p.125): “A construção do papel de

cuidar e sua limitação ao âmbito doméstico são identificadas como inerente à esfera privada, como se a sociabilidade humana fosse cindida em esferas colidentes: uma restrita à intimidade e outra, à esfera pública.”

Hoje, a entrega de cestas básicas não está sendo feita com regularidade. E atualmente, não há um projeto voltado para essa comunidade, especificamente, acontecendo neste momento. Mariza diz que sempre recebe contato de pessoas e grupos querendo se aproximar para realizar algum projeto com as mulheres, mas relata que uns combinam e não aparecem, outros “falam que é um projeto, mas na verdade é uma ação pontual”. Ela afirma que os projetos precisam ter permanência e serem mais efetivos. Mariza comentou sobre um episódio que as trabalhadoras das ASPAS, inscreveram a Latasha para um curso de empreendedorismo e ela não foi, porque “para inscrever a Latasha tem que perguntar se vai ter o dinheiro da passagem”. Precisa haver recurso para que essas mulheres consigam ao menos se deslocar até o curso, ou a participação é inviabilizada por não haver recursos financeiros.

Nessa perspectiva, podemos perceber como a vulnerabilidade, desemprego e condições precárias, são algumas das experiências que vivem as mulheres refugiadas e é perceptível como a unidade classe, gênero e raça se torna indissociável dentro desse aspecto, parafraseando Hirata. Para essas mulheres, pobres e negras, se reestabelecer num outro país é extremamente desafiador. DUTRA(2013) ao citar a autora PARELLA (2005), afirma que:

A autora é contundente na sua análise sobre o lugar de vulnerabilidade que ocupam as mulheres migrantes na sociedade receptora, produto da exploração e discriminação no mercado de trabalho. A autora define a vulnerabilidade como a brecha existente entre padrões de vida de um coletivo com relação a outro – por exemplo, o das mulheres migrantes e o das mulheres autóctones. O entrecruzamento das condições de classe, gênero e etnia condena o coletivo de mulheres migrantes trabalhadoras a uma situação de vulnerabilidade social acentuada pela concentração delas no mercado de trabalho informal e, consequentemente, pelo acesso desigual a recursos materiais e à documentação que lhes permita desempenhar seus trabalhos em situação regular. (DUTRA, 2013, p. 181, apud PARELLA,2005)

Finalizando a nossa conversa, perguntei a Mariza qual a maior dificuldade que ela percebia, a partir do seu ponto de vista, que essas mulheres enfrentaram e ela afirma que a grande dificuldade é o trabalho e a moradia. Ela comenta:

Você ter um lugar para voltar para casa, te dá tranquilidade até para poder trabalhar bem. Esse mesmo problema, eu vejo com os estudantes. Porque o problema da matrícula não resolve, porque ele precisa ter uma moradia. No

fundo, a moradia, o lugar onde ficar, é que é... E assim, a grande dificuldade é que existem os trabalhos com refugiados, os projetos, mas não se transformaram em programas. Não existe uma política pública. Existe uma lei aqui, uma coisa ali, as pessoas de boa vontade, por exemplo na secretaria é uma coisa presente, mas é porque eu estou lá, se eu não trabalhasse na Secretaria de Educação, muita coisa não teria acontecido. (MARIZA, Duque de Caxias, abril de 2024)

Mariza afirma que é preciso que haja um reconhecimento da causa, para que o acolhimento seja verdadeiro e eficiente, seja do poder público e da sociedade civil. Ela cita, por exemplo, as pessoas que fazem algum tipo de doação à Igreja, mas não se responsabilizam com aquilo depois, falou sobre as doações feitas na confraternização de Natal:

As irmãs<sup>28</sup> que deram aqueles alimentos do Natal... elas deram o alimento, mas será que depois daquele dia, aquele pessoal vai ter comida de novo? Acho que eles têm que aprofundar essa atitude de solidariedade com os migrantes, mas não só com os migrantes. Os migrantes são o meio da gente começar, porque eles estão fora da casa deles, fora do local da vida deles. (MARIZA, Duque de Caxias, abril de 2024)

Além dessa dificuldade “de estar fora do seu lugar”, Mariza cita o idioma e a dificuldade de se comunicar em uma outra língua. Sobre as questões mais específicas de gênero e interseccionalidade, ela afirma que as mulheres encontram mais dificuldades, “porque elas que têm responsabilidade com os filhos, então „elas não podem se jogar por inteiro”” e completa:

Elas têm que fazer aquilo que é o óbvio, o que dá para levar o sustento para casa. A mulher não pode: “Ah, eu tô aqui, eu vou embora sozinha”... ela não pode. A grande dificuldade também, é que a responsabilidade dos cuidados dos filhos, é das mulheres. Aí pra ela, sempre vai ser mais difícil. O homem pode largar o emprego aqui e cismar de ir para São Paulo, como aconteceu, né? Eles estavam tudo trabalhando em postos de gasolina aqui na Brigadeiro<sup>29</sup>, sabe? De repente, eles começaram a ir para São Paulo. Mas os homens que iam, as mulheres continuavam aqui. (MARIZA, Duque de Caxias, abril de 2024)

A violência de gênero também é algo que Mariza citou:

quando teve a vinda de algumas do Congo para cá, é que elas foram violentadas. Por que elas eram violentadas? Pra agredir o homem. Eles tratavam elas como armas né?! Aquilo era uma arma para ridicularizar o próprio homem. A mulher dele estava sendo violentada. então a dificuldade para as mulheres, ela vai ser sempre maior. Inclusive das brasileiras. (MARIZA, Duque de Caxias, abril de 2024)

---

28 Irmãs ligadas à Fraternidade Santo Antônio, em Duque de Caxias. São mulheres que dedicam serviço à comunidade religiosa

29 Av. Brigadeiro Lima e Silva. Uma das principais avenidas da Cidade de Duque de Caxias.



Completando a afirmação de Mariza, as mulheres em situação de refúgio, esbarram com a violência ao longo do seu percurso, seja no país de origem ou no país de acolhida. No caso da RDC, os conflitos armados são um dos motivos que tem causado um grande deslocamento de pessoas, e para elas, esses intensos conflitos representam um risco maior, pois a violência sexual é usada como uma tática de guerra. Nesse sentido, as mulheres congoleesas, frequentemente são alvo de muitas formas de violência sexual e há notícias recentes<sup>30</sup>, de que a RDC vive hoje à “beira de uma catástrofe” e os conflitos estão impulsionando a níveis recordes a violência de gênero, causando um aumento do deslocamento de pessoas e a fome. O país vive uma das maiores crises alimentares do mundo, além de outros problemas como doenças e as mudanças climáticas. Tendo em vista essa realidade do país, e a realidade das mulheres que vivem aqui no Brasil, é inegável que o sofrimento para essas mulheres têm um peso maior.

Após a entrevista com Mariza, combinamos de nos encontrarmos com as mulheres refugiadas, para dar início ao trabalho, tendo em vista que Mariza pretende fazer essa retomada com o grupo e portanto, ouvi-las nesse momento, é primordial para darmos qualquer passo à frente. Havíamos combinado num dia de feriado para encontrá-las, pois seria um dia que facilitaria a ida delas e não haveria impedimento com aquelas que estão trabalhando. Porém, houveram alguns desencontros, decidimos marcar uma nova data e apenas Latasha compareceu. A reunião foi na ASPAS, numa quarta-feira pela manhã.

Neste dia, demos início a conversa falando sobre o desejo de criar esse grupo com as mulheres para desenvolvermos projetos futuros. Perguntamos sobre as dificuldades que as mulheres estavam enfrentando no Brasil e Latasha conta que para as mulheres africanas que chegam aqui com filhos e sem marido, a dificuldade é maior.

Ela afirma que muitas mulheres não conseguem trabalhar, porque precisam cuidar dos filhos. Algumas conseguem receber o benefício do programa Bolsa Família, mas não é o suficiente para se sustentarem. Latasha é uma mãe solo e cuida da filha desde os seus 5 anos de idade. Ela diz que é mãe e pai de Vana e cuida da filha sozinha desde que resolveu sair de seu país, pois o pai ficou na RDC. Ela também enfrenta essas dificuldades, como todas as outras mães solteiras que não possuem uma rede de apoio

---

30 Retirados do site :<https://news.un.org/pt/story/2024/05/1831081>. Acessado em 20 de julho de 2024.

sólida. No entanto, disse que tem muitas famílias que o homem não consegue trabalhar e a mulher também não. Muitas famílias enfrentam esses desafios, sejam as famílias de Gramacho ou aquelas que vivem nos bairros da cidade do Rio.

A fala de Latasha, expõe as diversas vulnerabilidades e desafios que as mulheres que se deslocam apenas com seus filhos enfrentam ao tentarem se estabelecer em um novo país. Sem uma rede de apoio e sem a companhia do marido, a experiência do refúgio e a construção de uma nova vida no país, se torna profundamente desafiadora para essas pessoas, pois como chefe de famílias, essas mulheres precisam prover o sustento dos filhos, além de terem outras responsabilidades com assuntos mais práticos como: administrar uma casa, pagar aluguel e prover o sustento financeiro. A escassez material é algo presente no dia a dia da pessoa refugiada e essa realidade impacta muito a vida dessas mulheres.

Quando perguntamos sobre a questão da moradia, ela afirmou que é uma das coisas mais primordiais e comentou sobre a diferença de alguns países, no que diz respeito ao acolhimento às pessoas refugiadas. Citou o caso da França, por exemplo, e das companheiras refugiadas que decidiram sair do país, para buscar melhores condições de vida, lá.<sup>31</sup> Comenta que na França existe moradia para os refugiados e emprego, enquanto no Brasil, não existe trabalho decente para as pessoas refugiadas. Latasha fala que o Brasil é como uma mãe para eles, mas concluiu dizendo que aqui, os refugiados são acolhidos, mas depois eles precisam se virar, não tem uma continuidade no trabalho com os refugiados.

Com essa afirmação, percebemos que mesmo recebendo solicitantes de refúgio, ano após ano no país, ainda que não seja um número tão expressivo, faltam políticas públicas que sejam verdadeiramente eficazes, que garantam uma vida digna e mais segurança às pessoas refugiadas, principalmente no que diz respeito ao trabalho e moradia, como foi evidenciado na fala de Latasha. O Brasil não é um destino desejável para aqueles que querem reconstruir suas vidas, como acontecem em outros países, porém a renovação e ajustes dessas políticas públicas existentes, para que a integração e o acolhimento sejam feitos de forma mais ampla, é necessária.

Ainda sobre a questão do trabalho, minha interlocutora comentou que é difícil um africano ficar muito tempo trabalhando. O trabalho é encerrado com pouco mais de um ou dois anos e até conseguirem uma outra oportunidade, leva bastante tempo. E com um

---

31 RDC é um país francófono, portanto, a França torna-se um destino favorável por conta da facilidade na comunicação.

salário mínimo brasileiro, as famílias não conseguem prover o sustento da casa e da família. É comum que muitos refugiados exerçam trabalhos informais e precarizados e no caso das mulheres, além dos trabalhos desvalorizados socialmente, conforme operam os papéis de gênero, a elas são atribuídas às atividades domésticas e os cuidados com filhos, gerando uma sobrecarga para essas mulheres. Nesse aspecto, DUTRA(2013), destaca que:

(...) cabe reforçar a ideia de que, as condições muito precárias de trabalho e a situação de vulnerabilidade em que muitas das trabalhadoras migrantes se encontram, trazem implicações não somente para a vida delas, como notadamente para o núcleo familiar do qual são responsáveis. (DUTRA, 2013, p.182)

Durante a conversa, aproveito para perguntar sobre seus estudos e sobre o curso de costura que ela havia comentado comigo, quando nos encontramos na sua casa. Latasha está terminando o Ensino Fundamental e em breve começará a cursar o Ensino Médio. Ela explicou que por não ter um comprovante de escolaridade<sup>32</sup> da RDC aqui no Brasil, teve que passar por todo esse processo escolar. Latasha deseja concluir o Ensino Médio e ingressar na graduação de Serviço Social. Sobre o curso de costura, ela contou que as aulas se encerram em julho e pensa em seguir produzindo roupas. Latasha ganhou uma máquina de costura de doação de uma funcionária da ASPAS, e conta que vê mais oportunidade produzindo as roupas, do que trabalhando com tranças. Por não ter um espaço próprio<sup>33</sup> para trabalhar como trancista, ela precisa pedir um espaço no salão de outras pessoas e isso é incômodo para ela e para quem empresta o espaço.

O tema sobre a escola, nos levou a um outro assunto que Mariza havia me contado uns dias anteriores a esse encontro e pedi para Latasha nos falar sobre o ocorrido. Ela narra que em duas situações, sua filha sofreu ofensas de colegas, no colégio. A primeira situação aconteceu no refeitório. Por se tratar de uma escola pública que oferece alimentação gratuita, Vana almoçou e repetiu a refeição. Tendo em vista

---

32 Embora ela tenha dito que os documentos escolares e universitários, estão na casa da irmã, na RDC. Mariza perguntou se ela conseguiria enviar por email, todos esses documentos, pois conseguiria avaliar, ver o que tem e dar algum encaminhamento.

33 Essa conversa com Latasha, na ASPAS, ocorreu em maio. Naquele momento, a opção que ela tinha era continuar os trabalhos com a costura, pela inviabilidade de seguir com as tranças, pela falta de espaço. No meado de agosto, recebo uma mensagem de Latasha, pelo whats app, me convidando para a inauguração do salão dela. Em alguns dias, ela iria abrir um espaço para trabalhar com as tranças, em Gramacho. Trata-se de um empreendimento em parceria com uma amiga brasileira, que também mora no bairro. Elas se conheceram no curso de cabeleireira e as duas começaram a trabalhar juntas quando Latasha ia para Madureira e levava a amiga como assistente. Desse encontro, surgiu a oportunidade de montarem um espaço próximo da casa das duas.

que a alimentação escolar, na maioria dos casos é a única refeição de muitos estudantes, a realidade de Vana não é diferente e por conta disso, ao retornar à mesa do refeitório, um colega de turma dirigiu palavras ofensivas a adolescente.

Latasha contou que sua filha chorou, conversou com a orientadora pedagógica sobre a situação e disse que não queria voltar para a escola. No dia seguinte ao ocorrido, ela foi à delegacia, porém não conseguiu registrar um boletim de ocorrência, foi informada que o sistema se encontrava fora do ar e pediram para retornar num outro dia. Ela não retornou. Contou que a família do adolescente se desculpou, pediu para que ela não fizesse nada, o pastor da sua igreja também pediu e a convenceu. Ela desistiu e não deu continuidade ao processo.

Recentemente, a história se repetiu. E dessa vez, as ofensas foram referentes ao cabelo da adolescente. Inicialmente, ela havia dito que Vana estava sofrendo bullying na escola. Latasha não se refere a esses ocorridos usando o termo “racismo”. Porém, os casos referentes às questões de raça não se caracterizam como bullying e para essas situações, existem legislações específicas que tipificam essas ofensas como crime. Ao ler a tese de SANTOS(2022), que pesquisou sobre a escolarização de crianças refugiadas em Duque de Caxias, ela afirma que “o termo *bullying* faz parte do vocabulário das crianças e sua compreensão é estendida a toda e qualquer forma de ofensa que recebam.” (SANTOS, 2022, p. 196). Não pude ouvir Vana sobre esse caso, mas diante disso, fica visível a importância desse tema ser tratado na escola ano após ano, tendo em vista que a escola recebe alunos migrantes e refugiados anualmente.

Durante a conversa, Latasha falou sobre sentir medo da violência aqui no Brasil. Não só a violência urbana, mas a violência sexual. Ela conta que passou por uma situação de violência sexual na RDC e diz sentir um misto de medo e raiva ao pensar sobre isso. Comenta que no seu país, os homens obrigam as mulheres a terem relações sexuais e “se tem uma arma do lado”, não há muito o que fazer. Ela conta que muitas mulheres saíram da RDC, por conta da violência que sofriam e em seguida, Latasha mostra uma marca dessa violência: uma cicatriz de uma queimadura de cigarro, no braço.

Esse encontro na ASPAS, inicialmente, teriam como convidadas mais três mulheres refugiadas, porém, apenas Latasha estava disposta a ir naquele dia. Após ouvi-la sobre suas inquietações, vulnerabilidades e seus medos, pergunto sobre que tipo de projeto poderíamos construir e que pudesse trazer benefício para o seu grupo, ela responde dizendo que precisamos nos reunir com um número maior de mulheres e saber

sobre as necessidades de cada uma. Mariza e eu concordamos. E levando em conta a dificuldade que é para essas mulheres se deslocarem pela cidade, Mariza propôs tentarmos uma parceria com os responsáveis pelo Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco Império do Gramacho, pois o grupo possui uma sede no bairro e aquelas mulheres que moram próximo, poderiam se deslocar com mais facilidade e outras, conseguiriam chegar ao local de trem.

Ao longo daquela manhã de conversa com Latasha, foram muitas as propostas que apareceram, ainda que timidamente. Ideias de realizar um seminário, eventos com culinária e tranças ou mesmo a de construir uma Associação de mulheres. Latasha comenta que uma Associação seria muito importante e diz que não consegue ser delegada nas Conferências, porque falta a ela, visibilidade e às mulheres, organização.

Citei anteriormente sobre o grupo de mulheres venezuelanas, que são mais organizadas coletivamente, em comparação às congolesas, por exemplo. Latasha percebe o reflexo disso na Cáritas. Ela comenta que hoje na instituição, não existe trabalhadores congoleses ou de qualquer outra nacionalidade africana, e sim, os refugiados latino-americanos vindos da Venezuela e Colômbia.

Latasha afirma, que em Duque de Caxias ela é umas das mulheres que mais se envolve com a causa, mas sente que falta apoio de outras mulheres. Por isso ficou desestimulada para se inscrever como delegada, na I COMIGRAR. Ela conta que convidou uma angolana que também mora em Gramacho, a participar de algumas atividades e essa mulher tem conseguido muitos benefícios, pois está conhecendo outras pessoas e fazendo cursos. Enquanto as outras mulheres congolesas, com o discurso que “não vão a um lugar à toa ou não vão receber nada por isso”, perdem oportunidades.

Latasha conclui que eventos com mulheres refugiadas compondo a mesa, em Duque de Caxias, seria importante para que as pessoas conhecessem mais sobre elas e de certa forma, ela poderia se tornar uma liderança com mais visibilidade. E lembrou de um almoço que fizeram em Gramacho há um tempo atrás e prepararam comidas tradicionais da RDC, num evento promovido pela ASPAS. Latasha comentou que poderiam repetir essa experiência. Ela citou uns pratos como: feijão com folha de aipim, couve com amendoim e comentou sobre uma folha da África, que se trata de um tempero que existe uma espécie de tradição ligada a fartura e que algumas pessoas quando vão à RDC trazem as folhas para revender aqui no Brasil. Esse tempero não pode faltar e todos comprem, quando há essa oportunidade, segundo Latasha.

Em eventos desse tipo, é importante que tenha algo que “estimulem” essas mulheres refugiadas a irem, ela dá exemplo de um “sorteio”, comenta Latasha. Ela falou um termo em francês, que na sua tradução é algo como “encorajar”. Diz que essas mulheres precisam de um estímulo, um encorajamento para irem aos encontros e nesse caso, é ganhar algo, um presente, uma cesta básica entre outras coisas. Finalizamos a conversa com algumas ideias na cabeça e a vontade de construir com essas mulheres. Nessa manhã, pude ouvir um pouco mais da minha interlocutora e também pude constatar a dificuldade de aproximação com essas mulheres.

Ao iniciar a pesquisa, não imaginava a realidade que iria encontrar. Só tendo a experiência de vivenciar o campo, para poder observar melhor e traçar outros caminhos, levando em conta os obstáculos que encontrei no percurso. Parafraseando DUTRA (2013) esses obstáculos não impedem o avanço da pesquisa, mas mostram uma outra reflexão. O que foi apresentado como um problema, pode apontar muitos outros caminhos, que não havíamos pensado no início da pesquisa. E é sabido que na antropologia, durante uma pesquisa etnográfica, são muitos os percalços e as rotas recalculadas durante o percurso, e eu, vinda de uma outra área de formação, talvez tenha sido um pouco ingênua ao pensar que seria “fácil” me aproximar das minhas interlocutoras.

PEIRANO(2008), em seu texto “A eterna juventude da antropologia: etnografia teoria vivida”, a autora diz que a etnografia continua “sendo o objetivo ideal(ou utópico) do investigador”.(PEIRANO, 2008, p.8) Concordo com a afirmação da autora e penso que a etnografia é um dos métodos que mais podem propiciar essa aproximação e interação com o nosso objeto de estudo, embora tudo pode ocorrer como o inesperado. PEIRANO (2008, p.9) diz que “a surpresa e os acasos são elementos fundamentais do conhecimento etnográfico” e completa:

Essa surpresa, de que falaram tanto Malinowski quanto Lévi-Strauss e, mais tarde, T. N. Madan, não decorre apenas de uma ingenuidade assumida — que não é de todo negativa —, mas é parte da inquietação e do interesse que o etnógrafo experimenta no trabalho de campo. Mais uma vez, esses sentimentos estão no pesquisador, o que possibilita, como sabemos, fazer pesquisa etnográfica tanto em lugares distantes como em próximos. Malinowski mencionou como, prevendo a existência de muitos “mistérios etnográficos”, ocultos sob o aspecto trivial de tudo que se vê, o etnógrafo fica à espreita de fatos significativos. (PEIRANO, 2008, p.9)

Desta forma, a autora diz que essa surpresa com os acasos que podem ocorrer ao entrarmos no campo, não é apenas uma ingenuidade do pesquisador, como eu pude

mentonar linhas acima, sobre o meu sentimento com relação aos desafios que encontrei na minha experiência com o campo pesquisado. O que eu pude experimentar, além de todas as dificuldades e obstáculos, foi a ausência.

A ausência desses sujeitos no território onde desenhei a pesquisa e tudo o que observei ao me aproximar no campo, fez com que eu chegasse à conclusão de que eu teria de repensar o rumo da pesquisa e ter que lidar com essa falta e a ausência das mulheres, em Gramacho.

### **3.3 Uma etnografia da ausência**

O que fazer quando os sujeitos da sua pesquisa não podem ser encontrados ou não estão mais lá?

Durante o percurso desta pesquisa, ao saber que as mulheres congolezas estavam saindo de Gramacho e que restavam poucas famílias no bairro, me gerou uma certa insegurança. A saída dessas mulheres para outros lugares, poderia trazer algumas transformações para esse trabalho, afinal, eram sujeitos que estavam desaparecendo e se ausentando do meu local de pesquisa. MINTZ(1984, p.55) diz que “questionar um projeto ao longo do caminho, é essencial”, e então, com essa informação de que muitas famílias já haviam saído de lá, começou o meu primeiro questionamento: eu iria atrás dessas mulheres? Tentaria encontrá-las? Num primeiro momento, esse foi um caminho a ser pensado, porém, como o tempo para a pesquisa era curto, apostei no que o campo me apresentaria como material etnográfico e o que poderia ser desvendado através dessa falta.

O motivo para essa ausência podem ser vários, como: melhores oportunidades de trabalhos, moradia, saúde e etc, os diversos deslocamentos e o mover-se pela cidade, faz com que essas pessoas migrantes estejam sempre experimentando esse lugar da provisoriedade (propiciando essa ausência), como afirma Sayad. De acordo com o autor, existe uma “dupla contradição”:

Não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade. Oscilando, segundo as circunstâncias, entre o estado

provisório que a define de direito e a situação duradoura que a caracteriza de fato, a situação do imigrante se presta, não sem alguma ambiguidade, a uma dupla interpretação: ora, como que para não confessar a si mesmo a forma quase definitiva que com frequência cada vez maior a imigração reveste, apenas se leva em conta na qualidade de imigrante o seu caráter eminentemente provisório (de direito); ora ao contrário, como se fosse preciso desmentir a definição oficial do estado de imigrante como estado provisório, insiste-se com razão na tendência atual que os imigrantes possuem de se “instalar” de forma cada vez mais duradoura em sua condição de imigrantes. (SAYAD, 1998, p. 45)

A vida dessas mulheres é muito dinâmica, provisória e a mobilidade é uma constante. A mudança de casa, de bairro, de cidade ou de país é algo muito frequente no dia a dia desses sujeitos. Então, ao entrar no campo, eu não sabia o que encontraria, pois se “chega ao campo com algumas perguntas ou hipóteses, mas é sabido que estes devem ser modificadas ao longo do contato com os sujeitos pesquisados”(FONSECA, 1999, p.60), como nos lembra Fonseca, em Cada caso não é um caso. E o campo pôde me apresentar novas questões e outros caminhos que antes eu não havia pensado, pois só a experiência de ir à campo pode revelar de forma surpreendente, seja ela positiva ou negativa, novas questões a serem abordadas dentro da pesquisa.

Fazer uma etnografia não é uma tarefa simples. Pode ser complexo, confuso e parecer sem sentido, mas é através do método etnográfico que podemos ter um diálogo mais próximo com nossos interlocutores e termos experiências enriquecedoras e subjetivas. O pesquisador nunca está só e é através dessa troca com seus interlocutores que informações e dados são levantados, e no momento da escrita, podemos interpretar aquilo que encontramos no campo. Para GEERTZ(1989):

A etnografia é uma descrição densa. O que o etnógrafo enfrenta, seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados – é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares, implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. (...) Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de „construir uma leitura de“) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos... (GEERTZ, 1989, p.7)

Portanto, o fazer etnográfico é um trabalho denso e por não ser simples, demanda ao pesquisador um trabalho reflexivo sobre as informações coletadas durante a pesquisa de campo. Essas informações não são apenas um amontoado de dados, o que nossos interlocutores nos apresentam durante as entrevistas, em conversas informais e



em nossas observações, podem ser transformados em dados importantes, uma vez que esse dado seja interpretado, elaborado e transformado em material considerável para a pesquisa. CARDOSO (1986, p.101) diz que “a coleta de material não é apenas um momento de acumulação de informações, mas se combina com a reformulação de hipóteses, com a descoberta de pistas novas que são elaboradas em novas entrevistas.”

Neste sentido, uma grande dificuldade do fazer etnográfico, quando precisamos interpretar toda essa experiência vivida é transformá-las em texto. E eu, como uma estreante nesse campo e vinda de uma outra área de formação, encontrei alguma dificuldade. WINKIN(1998, p.141) diz que “podemos aprender muito graças a nossas próprias tentativas e erros, é claro, mas também graças a antropólogos que relatam suas próprias experiências de campo”, e com o auxílio de alguns textos de antropólogos que narram suas experiências com o campo, é que pude constatar que a realidade do campo sempre irá surpreender. Esse foi um recurso que me permitiu entender quais foram as estratégias adotadas por alguns autores ao ter que lidar com algumas adversidades pelo caminho.

Desse modo, como mencionado no início desse subtítulo, a etnografia foi uma escolha como método para essa pesquisa, pois me permitiria uma melhor interlocução com os sujeitos e me possibilitaria compreender melhor sobre a vivência dessas mulheres no bairro de Gramacho. Porém, durante o caminho, e de acordo como essa pesquisa foi se desenhando, encontrei algo que me preocupou desde o início: a ausência dessas mulheres no bairro. Como realizar uma etnografia da ausência? Como construir um trabalho etnográfico, sem os sujeitos nesses espaços? A solução para esse impasse foi seguir com a tentativa de me aproximar mais e seguir nas conversas com Latasha. E tendo em vista que havia a promessa de que ela me indicaria algumas outras mulheres que continuavam vivendo pelo bairro.

Além de ter que lidar com a ausência desses sujeitos, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, um outro obstáculo que encontrei, durante o percurso, foi a esquivia. Percebi um comportamento esquivo da minha interlocutora, na maioria das vezes que a contactei para tentar um novo encontro. Chegou um momento do caminho que não havia mais passagem, todas as tentativas pareciam esgotadas e foi então que decidimos realizar a análise com o material que havia sido coletado, ao longo do percurso. Afinal todas essas recusas, eram dados para pesquisa e todos esses comportamentos, eram novas pistas para a pesquisa.

## Considerações Finais

Durante o percurso de uma pesquisa etnográfica, podemos nos deparar com informações que podem resultar num afastamento do tema inicial nos indicando novos caminhos a seguir. Mudanças de rumos na pesquisa podem ser frustrantes, mas mobilizar outras questões que aparecem no campo, sob uma nova ótica ou reformular velhas questões, são comuns à Antropologia.

Como já dito antes, a escolha pela realização de uma etnografia como metodologia de pesquisa, se deu, pois, dessa forma, eu poderia ter uma maior articulação com minhas interlocutoras e uma possibilidade de utilizar de outros recursos metodológicos como um diário de campo, participação de atividades, observação participante e faria tudo como o imaginado na fase inicial do projeto. Porém, como tudo é impermanente, esperar que a pesquisa flua como o planejado, pode ser um tanto utópico, uma vez que ao lidar com a observação da vida cotidiana, estamos falando de algo completamente abstrato e não linear.

Desenvolver uma pesquisa com pessoas migrantes e em situação de refúgio, não é algo simples. Levando em consideração que é um grupo que se move e se desloca a todo o tempo, o trabalho com essas pessoas tende a ser mais complicado, pois corremos o risco de não encontrarmos essas pessoas com tanta facilidade, devido a sua mobilidade frequente. É preciso de uma metodologia e de estratégias criativas que nos permitam acessar essas pessoas de forma efetiva.

Ao entrar no campo de pesquisa, chegamos com várias perguntas e hipóteses e cada vez que encaramos a realidade no trabalho de campo, percebemos que aquelas questões que trouxemos no início do trabalho talvez tenham que ser deixada para trás para dar lugar a novos questionamentos, que só através da experiência e da observação no campo, é que podemos compreender a realidade como ela é.

Dito isso, é através de muitas tentativas, de erros e acertos, que conseguimos atravessar esse mar de informações que a entrada ao campo nos revela. É a partir desse ponto, que tentamos solucionar os problemas que encontramos durante o percurso, e olhando esses problemas de perto e de modo artesanal, manejá-los da melhor forma.

Malinowski, durante suas expedições, afirmou que “ a cada nova tentativa, novos problemas e dificuldades apareciam” (1978, p.44). Compartilho dessa afirmação do autor, pois me vi na mesma situação e pude perceber que a cada contato com minha interlocutora, era mais um problema que se apresentava.

Pesquisas antropológicas nem sempre se desenrolam como planejamos. Nosso objetivo era pesquisar sobre a vivência das mulheres refugiadas em Gramacho, levando em conta a questão interseccional e entender como esses marcadores que atravessam a vida dessas mulheres, as colocavam em vulnerabilidade, mas ao chegar à campo, nos demos conta que muitas famílias haviam se mudado do bairro e poucas eram as mulheres que continuavam a viver por ali.

Ao entrar no campo, pude perceber que os rumos da minha pesquisa começavam a passar por alguma transformação e a cada tentativa de comunicação ou a cada encontro com minha interlocutora, sentia que a pesquisa sofria um tipo de mutação. Era como se a cada contato, a cada tentativa de encontro, uma nova hipótese era formulada e um novo caminho se abria.

No início da pesquisa, ao me deparar com a ausência dessas mulheres, começo a me perguntar para onde elas estavam indo e por que estavam saindo de Duque de Caxias? E as conversas com minha interlocutora me fizeram concluir que a saída dessas famílias e das mulheres do bairro, se deu por conta de uma busca de melhores oportunidades e melhores condições de vida. A cada contato que era feito com Latasha, uma nova informação eu podia apreender. Por isso, a aproximação que tive com minha interlocutora e a entrada no campo foi como um divisor de águas, a cada informação e a cada ausência, era um novo obstáculo que me distanciava cada vez mais da pesquisa que eu havia idealizado. Esse contato pode transformar o objetivo do trabalho, afinal, esse sumiço era um dado e havia de ser interpretado.

Por muitas vezes, senti desânimo, decepção e uma certa frustração durante a pesquisa. O tempo para realização estava curto e depender de uma pessoa para me apresentar à outras mulheres, não foi uma boa opção. Ao começar o trabalho de campo, minha interlocutora me foi apresentada como uma espécie de líder do grupo e era vista por outras mulheres refugiadas como uma liderança. Realmente essas mulheres veem Latasha como uma articuladora, um canal entre elas e a ASPAS, é ela quem leva às informações ao grupo de mulheres e na própria ASPAS, ela é bastante contactada quando há algum evento ou alguma atividade para os refugiados e refugiadas, é ela quem divulga as informações, repassa doações entre eles, dentre outras coisas. Porém, não foi a melhor solução apenas depender dela, como uma ponte para conseguir outras entrevistas. E como não havia um grupo organizado, um coletivo de mulheres efetivo, ou algum lugar onde eu pudesse acessá-las, ter apenas essa interlocutora para me abrir portas, foi um complicador.

A ausência e, posteriormente, a esquiva foram grandes obstáculos durante o percurso. O comportamento esquivo da minha única interlocutora a partir de um dado momento, foi um novo problema que eu tive que lidar. Na nossa primeira conversa, de fato, houve uma proximidade interessante, havia alteridade e Latasha me relatou muito de sua vida. Houve uma empatia mútua, mas com o passar dos dias e com as tentativas de contato, a realidade foi se transformando e a dificuldade de se aproximar era cada vez mais explícita. MINTZ(1984, p.49) diz que “a demonstração da falta de alguma relação esperada pode ser o primeiro passo para a descoberta de outra”. E foi a partir dessas informações que recebia sobre a realidade das mulheres hoje, que muitas questões da minha pesquisa eram reformuladas. E com a minha aproximação ao campo e nas conversas com Mariza, Latasha e com minha orientadora, pude identificar, por exemplo, que a escassez de estudos sobre as mulheres congoleesas, se dão pelo fato de que há questões tão mais urgentes para essas mulheres darem conta no seu dia a dia, e para a sua sobrevivência, que elas não estão dispostas a falar com os pesquisadores.

Nessa perspectiva, as pesquisas teóricas e metodológicas que tratam sobre os estudos sobre refúgio precisam se expandir e se aproximar cada vez mais sobre os estudos sobre gênero e interseccionalidade. Podemos ver como esse caminho é árduo com pedras no caminho, mas pelo pouco contato que tivemos, podemos observar como as questões ligadas à família, moradia e trabalho atravessam a vida das mulheres de forma mais incisiva e em maiores proporções, devido as suas múltiplas vulnerabilidades.

Tendo em vista que a migração masculina sempre foi um fenômeno mais expressivo, as mulheres estão cada vez mais inseridas nesse processo migratório e os dados têm apontado um fenômeno mundial de mulheres em deslocamento. Como vimos com os resultados da pesquisa, elas enfrentam grandes dificuldades, uma vez que os papéis de gênero impostos à sociedade, colocam as mulheres na posição do cuidado e da vida privada. E para aquelas mulheres que se movem apenas com seus filhos, há uma grande dificuldade de garantir o básico para a sua sobrevivência

Neste sentido, é necessário que os estudos sobre migrações a partir da ótica da interseccionalidade sejam realizados, pois as experiências vividas por essas mulheres tornam-se bastante específicas, uma vez que compreendemos as dimensões de raça, classe, orientação sexual e outras categorias, interagindo no eixo das opressões. O intuito desse trabalho era de entender sobre a vivência dessas mulheres em Duque de Caxias e concluímos que a maior parte das congoleesas que inicialmente se instalaram

nessa região se moveram para outras regiões do estado do Rio de Janeiro e do Brasil e as que continuam vivendo em Caxias, enfrentam dificuldades diariamente. As vulnerabilidades são muitas e garantir a sobrevivência da sua família, hoje é a mais importante. Essas vulnerabilidades, como apontamos ao longo do texto, tornam difícil sua participação em fóruns de reivindicações de políticas públicas e também as tornam indisponíveis para os estudos acadêmicos.

### Referências Bibliográficas

ACNUR. [www.acnur.org](http://www.acnur.org)., Tendências Globais. Acesso em 20 de agosto de 2024.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade – Feminismos Plurais. São Paulo, 2019.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação, Cadernos Pagu 26, p.329-376, 2006.

CARDOSO, R. C. L. (org.) Aventura Antropológica: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Disponível em 8 de novembro de 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas* 1, p.171-188, 2002.

DUTRA, Delia (2013). Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. REMHU-Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, 21(40), 177-193.

ECKERT, C. “Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica”. In: HUMANAS, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, v. 19, n 1-2, 1996-1997.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado” In Cadernos de Campo. São Paulo: USP/FFLCH, ano 14, n. 13, 2005.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso. Pesquisa etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação, 10. Rio de Janeiro: ANPED, 1999. pp. 58-78.

FOOTE-WHYTE, William. "Treinando a observação participante" In: GUIMARÃES, A. Z. Desvendando Máscaras Sociais. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GUEDES, Olegna de Souza; DAROS, Michelli Aparecida. O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético. Serviço Social em Revista., Londrina, V. 12, N.1, 122 P. 122-134, JUL/DEZ. 2009

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro, 2020.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; DE OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2024.

MACEDO, Marcelle Christine Bessa de. A exploração de Coltan e os conflitos no leste da República Democrática do Congo. Revista NEIBA. Rio de Janeiro: v. 5, nº 1, pp 1-12, 2016.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia/ Bronislaw Malinowski; Traduções de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça; revisão de Eunice Ribeiro Durham. 2º ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MINTZ, Sidney. “Encontrando Taso, me descobrindo”. Revista de Ciências Sociais, 27, 1984, pp. 45-58.

MUNANGA, Kabengele. A República Democrática do Congo - RDC. In Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI: “o Brasil no mundo que vem aí”. Seminário: África, p.73-102. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

NKRUMAH, K. Neocolonialismo: último estágio do imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

PEIRANO, Mariza. A eterna juventude da antropologia: etnografia e teoria vivida. PontoUrbe [Online]2 | 2008.

PETRUS, Maria Regina. Refugiados congoleses no Rio de Janeiro e dinâmicas de “integração local”: das ações institucionais e políticas públicas aos recursos relacionais das redes sociais. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e cultura, v. 11, n. 2, 2008.

SANTOS, Caroline Delfino dos. Limites e possibilidades na escolarização de crianças africanas negras migrantes e refugiadas em Duque de Caxias: um estudo sobre educação e práticas em favor da diversidade. Tese (Doutorado em Humanidades, Culturas e Artes) - Universidade do Grande Rio “Prof. de Souza Herdy”, Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades, 2022.

SANT’ANA, Fabiana Lemos. Refúgio e Racismos: Os desafios dos congoleses na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2020.

SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: EDUSP, 1998.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. Revista USP, São Paulo, n. 53, p. 117-149, 2002.

VALENZOLA, Renato Henrique. Congo: Desordem, interesses e conflito. Série Conflitos Internacionais. São Paulo: v. 2, n. 4, pp 1-7, 2015

WINKIN, Yves. A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo. Organização e apresentação de Etienne Samain; Tradução Roberto Leal Ferreira – Campinas, SP: Papirus, 1998.